

# Relatório e Contas

Anual 2021



março 2022



## ÍNDICE

I. Relatório de Gestão.....	3
<b>1.1 Apreciação pelo Conselho de Administração .....</b>	<b>3</b>
<b>1.2 A Empresa .....</b>	<b>4</b>
1.2.1 Enquadramento Jurídico .....	4
1.2.2 Missão .....	5
1.2.3 Responsabilidades e Objetivos.....	6
1.2.4 Enquadramento regulamentar .....	7
1.2.5 Órgãos Sociais .....	8
1.2.6 Organograma .....	9
1.2.7 Recursos Humanos .....	10
1.2.8 Distribuição por categoria Profissional .....	10
1.2.9 Categoria Profissional .....	11
1.2.10 Diversidade de Género e Idade .....	11
<b>1.3 Principais Atividades .....</b>	<b>12</b>
1.3.1 Contratos .....	12
1.3.2 Volume de Água Faturado .....	13
1.3.3 Serviços .....	14
1.3.4 Serviços de Apoio ao domicílio .....	17
1.3.5 Serviços Auxiliares .....	18
1.3.6 Reclamações.....	19
1.3.7 Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais.....	20
1.3.8 Recolha de Resíduos Urbanos .....	29
1.3.9 Serviço de Limpeza Urbana .....	33
1.3.10 Futuro .....	33
<b>1.4 Fiscalização e Serviços .....</b>	<b>34</b>
1.4.1 Serviços .....	34
1.4.2 Fiscalização .....	34
1.4.3 Sistemas de informação Geográfica.....	35



*Caro*  
*[Handwritten signature]*

1.4.4 Projetos .....	36
<b>1.5 Educação Ambiental .....</b>	<b>37</b>
<b>1.6 Qualidade Ambiente e Segurança.....</b>	<b>40</b>
1.6.1 Segurança e Higiene no Trabalho .....	41
<b>1.7 Indicadores de Desempenho .....</b>	<b>46</b>
<b>1.8 Desempenho Financeiro.....</b>	<b>46</b>
1.8.1 Análise Económica.....	47
1.8.2 Análise Financeira e Patrimonial.....	50
1.8.3 Evolução Previsível da Empresa .....	52
II. Demonstrações Financeiras .....	53

## I. RELATÓRIO DE GESTÃO

### 1.1 APRECIÇÃO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 fica marcado pela alteração do Conselho de Administração a 25 de outubro de 2021, sendo que a apreciação resumir-se-á a esse período final do ano.

Em termos de funcionamento da empresa e manutenção da prestação do serviço, esta foi afetada pela pandemia COVID-19 dificultando a organização e garantia da realização dos serviços. Contudo, regista-se de que estava reorganizada nos seus processos operacionais, salvaguardando a vida e a saúde dos trabalhadores, através de aconselhamento preventivo eficaz sobre cuidados de saúde, disponibilização de informação e meios de proteção adequados, e preparando uma resposta para minimizar os efeitos da interrupção parcial das atividades laborais e rápido restabelecimento do normal funcionamento da empresa.

No plano económico-financeiro, a Praia Ambiente, E.M., fechou o ano com a sua situação económico-financeira consolidada, traduzida num resultado líquido de 6.722,19 euros.

## 1.2 A EMPRESA

### 1.2.1 ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Praia Ambiente, E.M. assume desde 2007 a responsabilidade por assegurar continuamente o fornecimento de água de qualidade aos seus clientes, gerir com eficiência a rede de drenagem de águas residuais e assegurar o seu tratamento, e a recolha atempada e integral de resíduos urbanos. Estas competências foram delegadas à Praia Ambiente, E.M., pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Foi criada na sequência das deliberações da Câmara Municipal da Praia da Vitória, de 29 de setembro de 2006, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1 e n.º 3, do artigo 4º, da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto e alínea l), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. É uma empresa de gestão de serviços de interesse geral e de promoção do desenvolvimento local e regional, de natureza municipal, nos termos dos artigos 45º e 48º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pessoa coletiva de direito privado, designada por entidade empresarial local dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, ficando sujeita à tutela e superintendência da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

A regulação e supervisão das atividades desenvolvidas pela Praia Ambiente, E.M. são asseguradas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores-ERSARA, de acordo com o disposto da alínea e) do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010/A, de 5 março.

### 1.2.2 MISSÃO

É missão da Praia Ambiente, E.M., assegurar continuamente o fornecimento de água em quantidade e qualidade aos seus clientes, gerir com eficiência a rede de drenagem de águas residuais e assegurar o seu tratamento, a recolha atempada e integral de resíduos urbanos e a limpeza pública contribuindo decisivamente para a excelência da qualidade de vida dos cidadãos do concelho da Praia da Vitória.

Garantir a melhoria continua da prestação dos serviços de águas, saneamento e recolha de resíduos a todas as partes interessadas.

Promover a manutenção e conservação das infraestruturas e a gestão do património edificado.

Assegurar a estabilidade económica e financeira da Empresa, aplicando uma gestão contemporânea e sustentável, eficaz e respeitadora do estrito cumprimento dos requisitos legais e normativos e da equidade social.

Assegurar uma cultura de segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores, promovendo a aprendizagem e desenvolvimento pessoal.



### 1.2.3 RESPONSABILIDADES E OBJETIVOS

A Empresa assume grandes responsabilidades perante os seus clientes, munícipes do concelho de Praia da Vitória, enquanto razão principal da sua atividade e merecedores da maior qualidade no usufruto dos serviços prestados.

A Empresa deverá enquadrar a sua estratégia e atividade decorrente do estrito cumprimento da política definida pelo Executivo da Câmara Municipal de Praia da Vitória, seu acionista único e, como tal, detentor da capacidade de exercer uma superior orientação programática.

A Empresa deverá garantir condições logísticas de eficácia e segurança aos seus trabalhadores, mormente nas condições logísticas e técnicas garantidas para exercerem as suas funções e no cumprimento de uma política de incentivo à produtividade e à constante formação pessoal e profissional.

#### **Objetivos**

Proporcionar aos clientes um serviço de abastecimento de água de alta qualidade com um custo respeitador dos princípios da justiça social e cumprindo o princípio legal do utilizador-pagador, garantindo ainda o correto funcionamento do sistema e a célere resolução de problemas técnicos surgidos.

Proporcionar aos clientes um serviço de saneamento e de recolha de resíduos urbanos eficazes, garantindo ainda o correto funcionamento dos sistemas e a célere resolução de problemas técnicos surgidos.

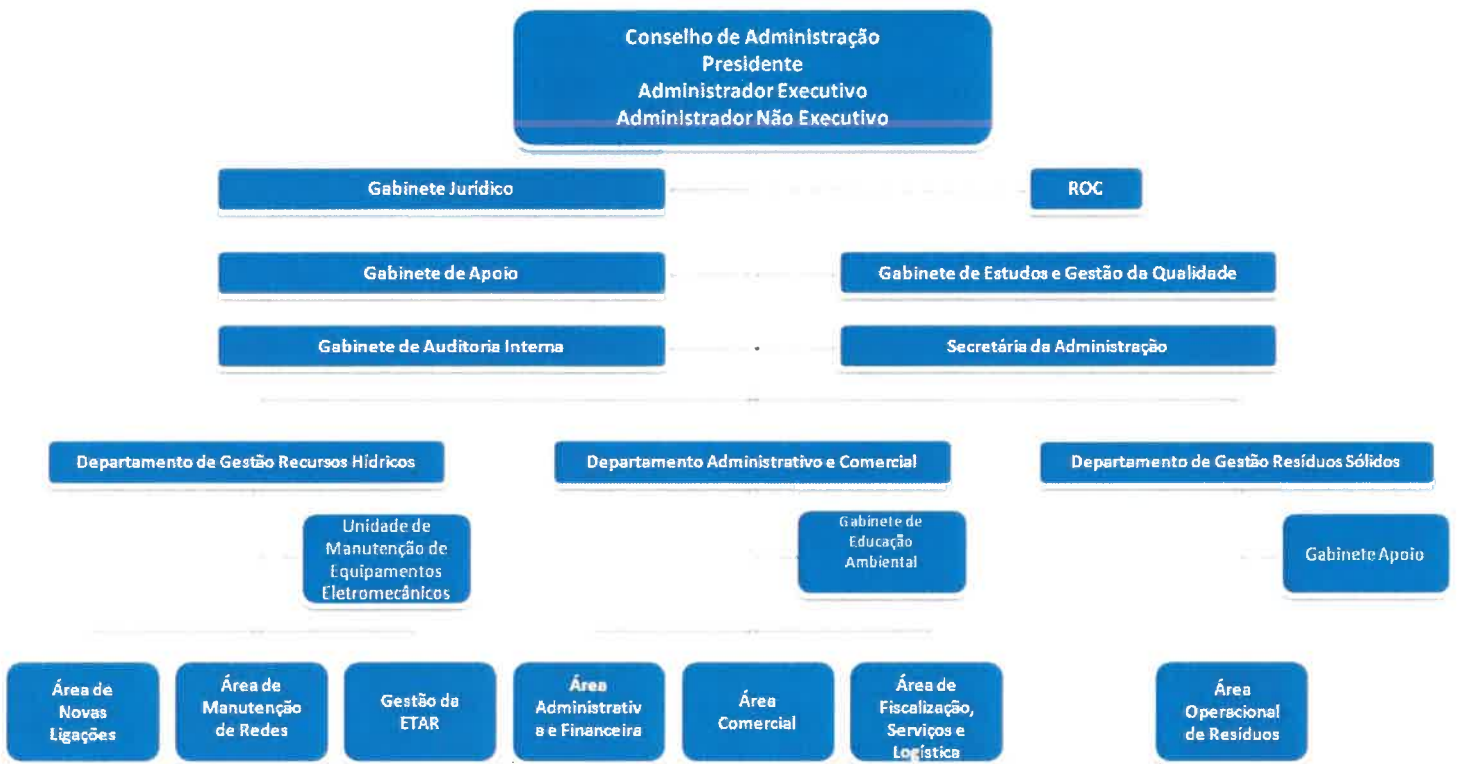
#### 1.2.4 ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA) é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, que tem por missão a regulação dos setores de água e dos resíduos, incumbindo-lhe exercer funções reguladoras e orientadoras nos setores de abastecimento público de água para consumo humano, das águas residuais urbanas e dos resíduos e, complementarmente, funções de fiscalização e controlo da qualidade da água para consumo humano, nos termos previstos no Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010/A, de 5 de Março.

A regulação tem como principal objetivo a proteção dos interesses dos utilizadores, através da promoção da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras e da garantia de Tarifários socialmente aceitáveis, materializada nos princípios de essencialidade, indispensabilidade, universalidade, equidade, fiabilidade e de custo eficácia associada à qualidade de serviço e evitando possíveis abusos decorrentes dos direitos de exclusivo, por um lado, no que se refere à garantia e ao controlo da qualidade dos serviços públicos prestados e, por outro, no que respeita à supervisão e ao controlo dos preços praticados, que se revela essencial por se estar perante situações de monopólio natural ou legal. Os direitos dos consumidores são defendidos promovendo a qualidade dos serviços prestados pelas entidades gestoras num quadro de sustentabilidade económica do sistema.

### 1.2.6 ORGANOGRAMA

A estrutura orgânica da Praia Ambiente, E.M. é a que se apresenta no organograma da figura 1, a qual divide-se em três áreas operacionais.



**Figura 1 - Organograma da empresa.**

### 1.2.5 ÓRGÃOS SOCIAIS

A 31 de dezembro de 2021, os órgãos sociais da Praia Ambiente, E.M., são constituídos por:

#### **Conselho de Administração**

##### **Presidente do Conselho de Administração**

Ricky Joe Baptista

##### **Administrador Executivo**

Tiago Manuel da Silva Borges

##### **Administradora Não Executiva**

Otilia Maria de Sousa Martins

#### **Assembleia Geral**

##### **Câmara Municipal da Praia da Vitória**

##### **Fiscal Único**

**Santos Vaz & Trigo Morais, SROC**

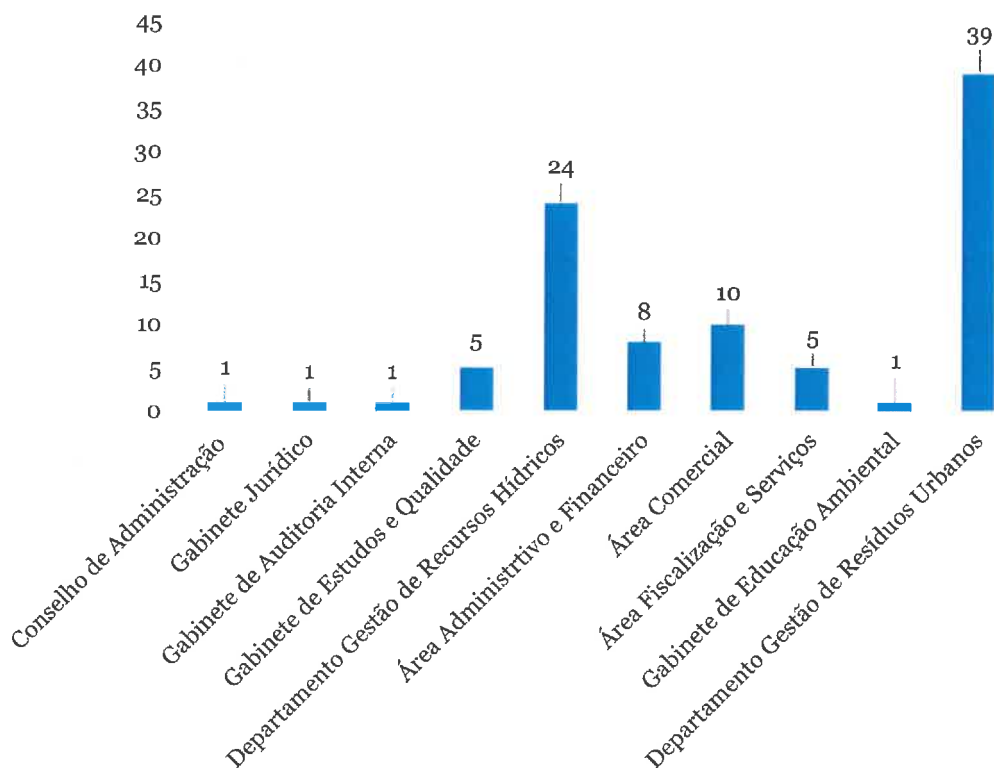
### 1.2.7 RECURSOS HUMANOS

A 31 de dezembro de 2021 o Quadro Pessoal da Empresa integrava 95 funcionários, dos quais 23 são cedidos através da celebração de Acordo de Cedência de Interesse Público e 72 funcionários fazem parte do Quadro Pessoal da Praia Ambiente, E.M.

### 1.2.8 DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA PROFISSIONAL

O Quadro de Pessoal tinha a seguinte distribuição por unidade orgânica a 31 de dezembro de 2021:

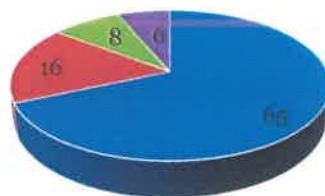
**Gráfico 1 - Número de funcionários por unidade orgânica.**



### 1.2.9 CATEGORIA PROFISSIONAL

Dos 95 funcionários, 68% são assistentes operacionais, 17% são técnicos superiores, 8% são administrativos e 7% são técnicos profissionais.

**Gráfico 2 - Número de funcionários por categoria profissional.**



- Assistentes Operacionais
- Técnicos Superiores
- Administrativos
- Técnicos Profissionais

### 1.2.10 DIVERSIDADE DE GÉNERO E IDADE

A distribuição dos funcionários por género evidencia uma preponderância dos homens em relação às mulheres, situação que se deve ao carácter iminente operacional das atividades desenvolvidas pela empresa. Dos 95 funcionários que integram o quadro pessoal, 23 são mulheres e 72 são homens, isto é, 24% e 76% respetivamente.

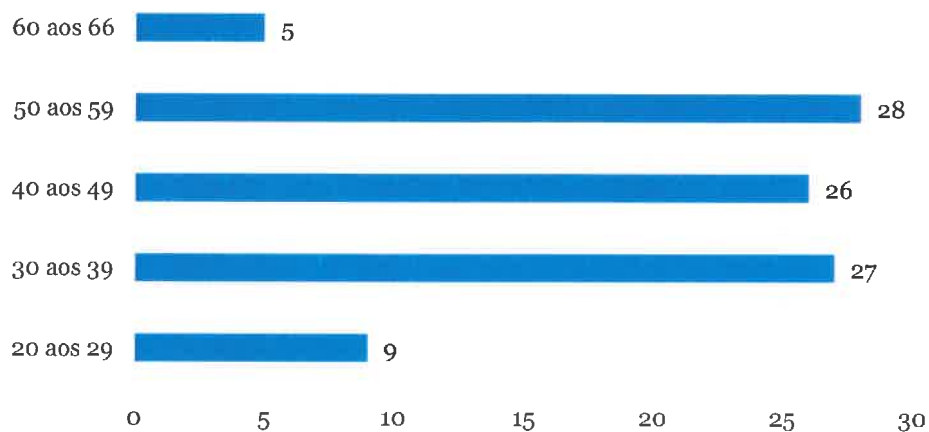
**Gráfico 3 - Número de funcionários por género**



Relativamente à distribuição por idades verificamos que existe uma maior concentração de funcionários na classe etária entre os 50 e os 59 anos e os 30 aos 39 – 28 e 27 funcionários respetivamente. Seguem-se a classe dos 40 aos 49 com 26 funcionários.

A classe dos 60 aos 66 regista 5 funcionários.

**Gráfico 4 - Distribuição do número de funcionários por idade.**



## 1.3 PRINCIPAIS ATIVIDADES

### 1.3.1 CONTRATOS

No final de 2021, o número de contratos ativos de serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e/ou resíduos Urbanos da Praia Ambiente E. M. encontrava-se distribuído tal como demonstra o quadro abaixo, num total de 10.746 contratos, não se verificando variação significativa em relação ao período homólogo de 2020.

**Quadro 1 – Evolução no número de contratos ativos por serviço e tipologia.**

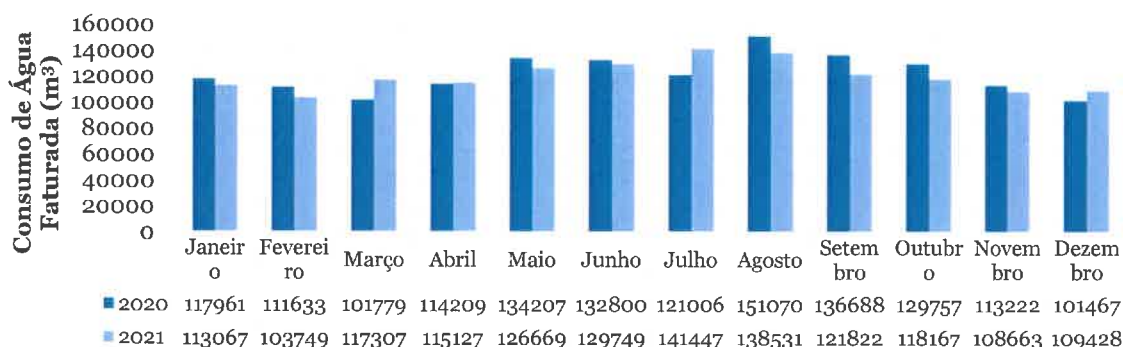
Tipo de cliente	2020	2021	Δ
<b>Contratos Ativos</b>	<b>10.643</b>	<b>10.746</b>	<b>0,97%</b>
Doméstico	8.840	8.909	0,78%
Não Doméstico	1.803	1.837	1,89%
<b>Contratos Ativos com a componente de Saneamento de Águas Residuais</b>	<b>3.387</b>	<b>3.405</b>	<b>0,53%</b>
Doméstico	2.961	2.971	0,34%
Não Doméstico	426	434	1,88%
<b>Contratos Ativos com a componente de Resíduos Urbanos</b>	<b>9.527</b>	<b>9.602</b>	<b>0,79%</b>
Doméstico	8.742	8.805	0,72%
Não Doméstico	785	797	1,53%

### 1.3.2 VOLUME DE ÁGUA FATURADO

No que concerne ao volume de água faturada, a Praia Ambiente, E. M. faturou, em 2021, 1.443.727 m<sup>3</sup>, o que equivale a uma média diária de 3.955 m<sup>3</sup>, tendo-se verificado uma ligeira redução do volume de água faturado ao longo dos meses.



## Água Faturada Praia Ambiente E.M.



**Gráfico 5 – Evolução mensal da Água faturada (m³).**

Do volume de água faturado, o segmento doméstico é aquele que tem maior expressão em termos de consumo, 996.475 m<sup>3</sup>, com um peso de 69,02%, seguindo-se a Indústria e o Comércio com 14,24% e a Agropecuária com 10,37%, à semelhança do ano anterior.

**Quadro 2 – Volume de água consumido por tipologia de cliente (m³).**

Tipo de Cliente	2020	Peso	2021	Peso	Δ
Agropecuária	154.704	10,55%	149.763	10,37%	-3,19%
Doméstico	1.017.515	69,42%	996.475	69,02%	-2,07%
Indústria e Comércio	195.499	13,34%	205.648	14,24%	5,19%
Instituições sem fins lucrativos	26.315	1,80%	29.404	2,04%	11,74%
Organismos Públicos	64.133	4,38%	55.684	3,86%	-13,17%
Sazonal	7.633	0,52%	6.753	0,47%	-11,53%
<b>Total Geral</b>	<b>1.465.799</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.443.727</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1,51%</b>

### 1.3.3 SERVIÇOS

No que concerne ao número total de serviços executados em 2021 importa salientar que houve um aumento de 13%, devido à redução dos serviços aos mínimos essenciais como

medida de contenção da Pandemia COVID-19 no ano anterior, tal como pode ser verificado pelo quadro seguinte:

**Quadro 3 -Evolução do N<sup>o</sup> de Serviços Executados no ano de 2021.**

<i>Mês</i>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ</b>
<i>Janeiro</i>	680	542	-20%
<i>Fevereiro</i>	562	496	-12%
<i>Março</i>	374	509	36%
<i>Abril</i>	65	363	458%
<i>Mai</i>	562	372	-34%
<i>Junho</i>	359	406	13%
<i>Julho</i>	406	436	7%
<i>Agosto</i>	392	411	5%
<i>Setembro</i>	439	392	-11%
<i>Outubro</i>	292	343	17%
<i>Novembro</i>	286	496	73%
<i>Dezembro</i>	288	560	94%
<b>TOTAL</b>	<b>4.705</b>	<b>5.326</b>	<b>13%</b>

### 1.3.3.1 SERVIÇOS EXTRA DE RESÍDUOS

Relativamente aos serviços emitidos (solicitados) de recolha de resíduos extra houve um aumento de 29% no ano de 2021, em comparação com 2020.

Entende-se por serviço de recolha extra todos os serviços solicitados de recolha de resíduos que carecem de marcação e que não são recolhidos nas retas periódicas de recolha, sendo tarifadas de acordo com o tarifário em vigor e de acordo com o Regulamento Municipal de Resíduos.

Os valores relativos ao número de serviços solicitados de recolhas extras encontram-se apresentados no quadro seguinte:

**Quadro 4 - Evolução do Nº de Pedidos de Recolhas Extra.**

<i>Serviços de Recolha Extra</i>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ</b>
<i>Monstros</i>	720	938	30%
<i>Verdes</i>	4	318	7.850%
<i>RCD's</i>	14	12	-14%
<i>Óleos alimentares</i>	15	6	-60%
<i>Resíduos Indiferenciados</i>	7	38	443%
<i>Resíduos Recicláveis</i>	303	16	-95%
<i>REE's</i>	-	48	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.063</b>	<b>1.376</b>	<b>29%</b>

### 1.3.3.2 PEDIDOS DE LIGAÇÃO AO SISTEMA PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

A ligação de um determinado local aos sistemas públicos de distribuição de água e/ou de drenagem de águas residuais urbanas é requerido através de um processo de Ligação que é instruído de acordo com a sua especificidade, tendo em conta a natureza da intervenção a realizar e o uso a que se destina e espaço.

Assim, todos os pedidos de ligação, ou de modificação da ligação existente, aos serviços públicos carecem de um estudo de viabilidade, que analisará as condições de disponibilidade, no local, para abastecimento de água ou para receção de águas prediais, caso se trate de um processo de ligação de águas de abastecimento ou de drenagem de águas residuais, respetivamente.

No caso de um processo de ligação implicar a construção ou modificação de redes prediais, no decorrer deste processo, haverá lugar a uma verificação dos respetivos projetos e, caso necessário, de vistorias ao local.

Relativamente ao ano de 2021, houve um aumento nos pedidos de viabilidade de ligação/modificação aos sistemas de abastecimento de água em cerca de 44% e em 24% nos pedidos de ligação ao sistema público de drenagem de águas residuais, em comparação com o ano de 2020 (ver quadro seguinte):

**Quadro 5- Evolução de Processos de ligação iniciados.**

<i>Processos de Ligação</i>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ</b>
<i>Processos de Ligação água</i>	176	254	44%
<i>Processo de Ligação Saneamento</i>	92	118	28%
<b>TOTAL</b>	<b>268</b>	<b>372</b>	<b>39%</b>

O número de pedidos de verificação de projetos de redes prediais de água aumentou 40%, em relação ao mesmo período do ano transato e o número de pedidos verificação de projetos prediais de drenagem de águas residuais aumentou 37% (ver quadro seguinte):

**Quadro 6- Evolução do Nº de verificações de projeto de redes prediais.**

<i>Processos de Ligação</i>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ</b>
<i>Informação Prévia</i>	9	13	44%
<i>Verificação Proj. Águas</i>	80	112	40%
<i>Verificação Proj. Saneamento</i>	79	108	37%
<b>TOTAL</b>	<b>168</b>	<b>233</b>	<b>39%</b>

#### 1.3.4 SERVIÇOS DE APOIO AO DOMICÍLIO

Os serviços de apoio ao domicílio englobam deslocações para efeitos diversos, verificações aos contadores por suspeita de entupimento, pedidos de registo de pressão e reparações diversas.



Para além destes serviços a Praia Ambiente, E. M. também dispõe de uma equipa que presta um serviço especializado na deteção de fugas de redes prediais.

No ano de 2021 houve um aumento de 22 % no número de pedidos de assistência ao domicílio, em relação a 2020, tal como é evidenciado no quadro seguinte:

**Quadro 7- Evolução do Nº de Serviços de Apoio Domiciliário Emitidos.**

<i>Serviços apoio domiciliário</i>	2020	2021	Δ
<i>Verificações de contador</i>	26	13	-50%
<i>Deslocações</i>	388	441	14%
<i>Reparações diversas</i>	179	162	-9%
<i>detetor de fugas</i>	31	47	52%
<i>registos de pressão</i>	388	99	-74%
<b>TOTAL</b>	<b>623</b>	<b>762</b>	<b>22%</b>

### 1.3.5 SERVIÇOS AUXILIARES

Para além dos serviços apresentados que, normalmente, são solicitados pelos clientes, existem outros serviços que são emitidos e que decorrem da atividade comercial e que tem implicação direta no decorrer da gestão dos respetivos contratos dos clientes. Estes serviços são considerados auxiliares e encontram-se descritos no quadro seguinte:

**Quadro 8 - Evolução do Nº de Serviços de Auxiliares.**

<i>serviços auxiliares</i>	2020	2021	Δ
<i>Corte de ligação direta</i>	13	19	46%
<i>Tamponamento de ramais</i>	8	4	-50%
<i>fecho de água</i>	154	298	94%
<i>abertura de água</i>	128	252	97%
<i>colocação de contador</i>	207	252	22%
<i>retirada de contador</i>	122	140	15%
<i>substituição de contador</i>	336	243	-28%

<i>leituras extra</i>	1.176	993	-16%
<i>outros</i>	6	382	6.267%
<b>TOTAL</b>	<b>2.279</b>	<b>2.583</b>	<b>46%</b>

Como é possível verificar pelos dados do quadro anterior, em termos totais, houve um aumento de 46%, em termos de serviços emitidos, no ano de 2021, em relação ao mesmo período de 2020.

### 1.3.6 RECLAMAÇÕES

Para a Praia Ambiente, E. M. as reclamações apresentadas pelos clientes são uma oportunidade de melhoria dos serviços prestados, permitindo prevenir situações que lhe deram origem e ir ao encontro das suas expetativas, preocupações e interesses.

A Praia Ambiente E.M. procede ao levantamento de uma reclamação e procede ao seu respetivo tratamento sempre que um cliente nos contata, presencialmente, por email, por carta, telefone ou através do balcão digital do nosso site e nos chama atenção para qualquer aspeto do serviço prestado diretamente por esta entidade gestora.

No período em análise, o número de reclamações foi de 115, superior ao período homólogo do ano anterior. No livro de reclamações foi apresentada uma reclamação neste período (ver quadro seguinte).

**Quadro 9 - Evolução das reclamações.**

<i>Meio de Comunicação</i>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ</b>
<i>Livro de Reclamações</i>	8	1	-88%
<i>Outros Meios</i>	59	114	93%
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>115</b>	<b>72%</b>



As respostas às reclamações são elaboradas no prazo máximo de 10 dias úteis, não obstante o Decreto-lei nº 194/2009, de 20 de agosto, definir 22 dias úteis.

### 1.3.7 ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

#### 1.3.7.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

No âmbito das suas competências, a Praia Ambiente, E.M. é responsável pela exploração e manutenção do sistema de abastecimento de água do concelho da Praia da Vitória. Este abrange uma área de 162 km<sup>2</sup> e uma população residente de 21 035 habitantes. É composto por 4 subsistemas de distribuição de água: o Subsistema Agualva/Praia, o Subsistema Fonte do Bastardo/Porto Martins/Cabo da Praia, o Subsistema Quatro Ribeiras e o Subsistema Caparica/Biscoitos.

A água é captada em 8 furos subterrâneos e 10 conjuntos de nascentes localizados no concelho da Praia da Vitória, aduzida até 26 reservatórios, com uma capacidade de reserva disponível de 8 099 m<sup>3</sup>/dia e distribuída através de um sistema de condutas, com 289 km de comprimento e 12 787 ramais de ligação.

Em 2021, foram realizados trabalhos de substituição de equipamentos eletromecânicos e implementadas melhorias a nível das infraestruturas de rede de abastecimento de água por forma a melhorar o seu desempenho e fiabilidade. Para tal, procederam-se reparações nas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas, as quais:

- Substituição da tomada carga DN 63 na Rua do Caldeiro, Biscoitos;
- Substituição do grupo eletrobomba do Furo F7 localizado na Canada do Camareiro, São Brás;
- Substituição do grupo eletrobomba do Furo F8 localizado na Canada da Bica, Fonte do Bastardo.

Foram executados 82 ramais, 6 de abastecimento de água, 6 de drenagem de águas residuais domésticas e 2 de drenagem de águas pluviais.

Foi realizado o acompanhamento e fiscalização da empreitada de Execução de Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal.

O controlo do sistema de abastecimento é realizado diariamente, podendo ser acionado, em caso de necessidade, um piquete de intervenção e reparação, durante 24 horas por dia.

#### 1.3.7.2 CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA

Assegurar continuamente a distribuição de água com qualidade em todo o sistema de abastecimento de água, constitui um objetivo primordial da Praia Ambiente, E.M..

A gestão da qualidade da água no sistema de abastecimento da Praia Ambiente, E.M. integra as seguintes componentes distintas de controlo:

- Programa de controlo da qualidade da água no sistema de abastecimento da Praia Ambiente, E.M., E. M. (PCQA), no âmbito do qual são realizadas colheitas de amostras de água, efetuadas de modo sistemático pelo Laboratório acreditado, nas torneiras de consumidores, representativas de todo o sistema de distribuição, por forma a obter dados e informações que apoiem e orientem as ações de gestão da qualidade da água e, conseqüentemente, suportem a garantia de qualidade do produto “água”.
- O controlo operacional/vigilância consiste em verificar o nível da qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento e detetem atempadamente possíveis anomalias, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas eficazes, o qual inclui a monitorização da qualidade da água de todas as captações de água para consumo humano nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto.



- O Plano de Monitorização Especial, realizado no âmbito do acompanhamento da situação ambiental das áreas de captação dos furos de abastecimento do concelho da Praia da Vitória, com o intuito de assegurar a qualidade da água para consumo humano, nos furos do Pico Celeiro, Juncal, Barreiro, Areeiro e Covas.
- Controlo complementar da qualidade da água, realizado no tratamento de reclamações de qualidade da água e no tratamento de incumprimento de valores paramétricos.

O PCQA elaborado e implementado pela Praia Ambiente, E.M. tem como objetivo a verificação do cumprimento dos valores paramétricos definidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, relativos à qualidade da água para consumo humano.

O PCQA integra campanhas de amostragem para:

- Controlo da qualidade da água distribuída no Concelho de Praia da Vitória, através da realização de colheita de amostras de água na torneira do consumidor (abastecimento em baixa);
- Controlo da qualidade da água fornecida à Entidade Gestora do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Angra do Heroísmo, através da realização de colheitas de amostras de água no ponto de entrega de água (abastecimento em alta).

O PCQA, no cumprimento da legislação em vigor, é submetido à aprovação da Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA), enquanto autoridade componente regional, tendo sido apreciado favoravelmente em virtude de cumprir todas as obrigações legalmente impostas às entidades gestoras de sistemas de distribuição de água destinada ao consumo humano: número e localização de pontos de amostragem, frequência de amostragem e análise, credencial do laboratório que efetua as análises e a adoção de métodos analíticos de referência.

Obedecendo a este plano, a Praia Ambiente, E.M. recolheu na torneira dos consumidores e enviou para o laboratório acreditado 150 amostras referentes ao abastecimento em

baixa e seis referentes ao abastecimento em alta, tendo sido realizadas 1608 análises em baixa e 105 em alta.

No ano de 2021, o cumprimento dos valores paramétricos definidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, foi de 98,14 % nas torneiras dos consumidores residentes no concelho da Praia da Vitória foi de 100% no ponto de entrega aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo. A avaliação dos resultados relativos ao cumprimento da legislação sobre a qualidade da água fornecida pela Praia Ambiente, E.M. confirma a muito boa qualidade da água fornecida pela Praia Ambiente, E. M. em baixa e em alta.

Relativamente ao ano anterior verificou-se um aumento do cumprimento dos valores paramétricos de 0,28%, sobretudo devido a este ano ter-se registado um menor número de incumprimentos do parâmetro fluoreto cuja causa é a natureza hidrogeológica do aquífero de abastecimento de água.

Conforme o estabelecido no ponto n.º 1, do artigo 17º, do Decreto-Lei n.º 306/2007, 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, a Praia Ambiente, E.M. procede à divulgação dos resultados do controlo de qualidade da água do Concelho de Praia da Vitória através dos editais públicos e do *site*, bem como através da sua afixação na loja de atendimento ao cliente.

Na tabela seguinte apresentam-se os indicadores mais relevantes relativos ao controlo efetuado em 2021.

#### **Quadro 10. Evolução dos Indicadores de Controlo da Qualidade da Água.**

<b>Indicadores do Controlo da Qualidade da Água</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) – Abastecimento em Baixa</b>		
Número de análises obrigatórias realizadas à qualidade da água (n.º/ano)	1629	1608
Taxa de execução de análises obrigatórias	100%	100%
Número de análises realizadas aos parâmetros com valor paramétrico (n.º/ano)	1236	1214
Taxa de análises conformes com o valor paramétrico (%)	97,86%	98,14%

Percentagem de Água Segura (%)	97,86%	98,14%
Número de colheitas efetuadas	150	150
<b>Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) – Abastecimento em Alta</b>		
Número de análises obrigatórias realizadas à qualidade da água (n.º/ano)	105	109
Taxa de execução de análises obrigatórias	100%	100%
Número de análises realizadas aos parâmetros com valor paramétrico (n.º/ano)	88	92
Taxa de análises conformes com o valor paramétrico (%)	100%	100%
Percentagem de Água Segura (%)	100%	100%
Número de colheitas efetuadas	6	6

No âmbito do plano de monitorização especial dos furos localizados na envolvente das áreas contaminadas por hidrocarbonetos, que vem sendo realizado deste 2011, são monitorizados um conjunto de 145 parâmetros, os quais para além dos de carácter obrigatório, estabelecidos na legislação nacional, incluem um vasto número de parâmetros definidos na legislação comunitária e internacional, nomeadamente, parâmetros físicos, agregados, inorgânicos não metálicos, metais, hidrocarbonetos totais do petróleo, BTEX, compostos orgânicos voláteis halogenados, compostos orgânicos voláteis não-halogenados e hidrocarbonetos policíclicos aromáticos.

A amostragem e análise dos parâmetros do referido plano, é realizada respeitando os períodos, frequência, métodos de amostragem e limites de quantificação, recomendados pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e realizados por um laboratório acreditado e independente, contratado pela Praia Ambiente, E.M. para o efeito.

Os resultados obtidos são enviados para a ERSARA, a qual envia para o LNEC para análise, tendo em conta os limiares da qualidade da água para consumo humano estabelecidos na legislação nacional, comunitária e internacional, nomeadamente a Canadiana e Holandesa.

Os resultados das análises de monitorização da qualidade da água dos furos localizados na envolvente das áreas contaminadas por hidrocarbonetos provenientes das instalações de armazenamento de combustíveis da Força Área Americana, evidenciaram que todos os parâmetros determinados se encontram em conformidade com Normas de Qualidade, nomeadamente com a Diretiva das Águas Subterrâneas (DAS), com os Limiares da Qualidade para as águas definidos, pela Agência Portuguesa para o Ambiente e os definidos no Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro, com Valor Paramétrico,

definido no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, o qual define as normas da qualidade da água destinada ao consumo humano, com os Padrões de Qualidade Subterrânea Canadianos (Standards in a Potable Groundwater Condition (Table 2)) e com legislação holandesa, à exceção dos parâmetros Cloreto e Sódio, no furo de Juncal, Ferro, no furo das Covas e do Vanádio, em todos os furos, resultado das características hidrogeológicas dos aquíferos.

### 1.3.7.3 DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

A drenagem de águas residuais, no concelho da Praia da Vitória, é efetuada através de uma rede de coletores, constituída por 63,2 km de coletores gravíticos e de condutas elevatórias e 17 estações elevatórias, que permitem o transporte das águas residuais até à Estação de Tratamento de Águas Residuais da Praia da Vitória (ETAR).

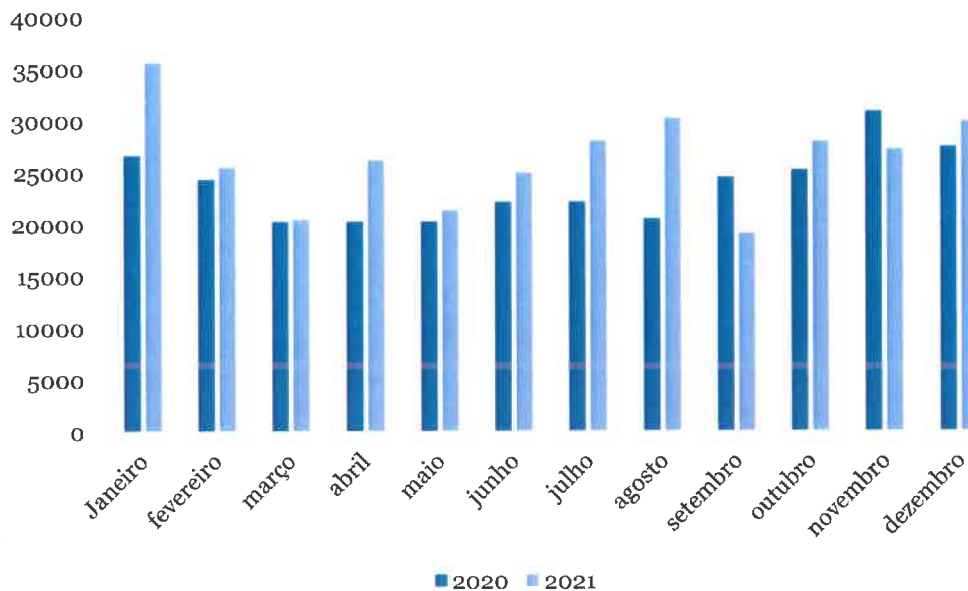
#### 1.3.7.3.1 ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA PRAIA DA VITÓRIA

---

##### **Caraterização Quantitativa dos Caudais Tratados**

Em 2021, foi tratado um total de 317 223m<sup>3</sup> de água residual, registando-se um aumento de 32 053m<sup>3</sup> (11%) em relação ao seu período homólogo (em que foram tratados 285 170m<sup>3</sup>). Tal facto fica-se a dever às condições meteorológicas, pois foi um ano extremamente chuvoso.

## Caudais Tratados



**Gráfico 6 - Caudais Tratados em 2021.**

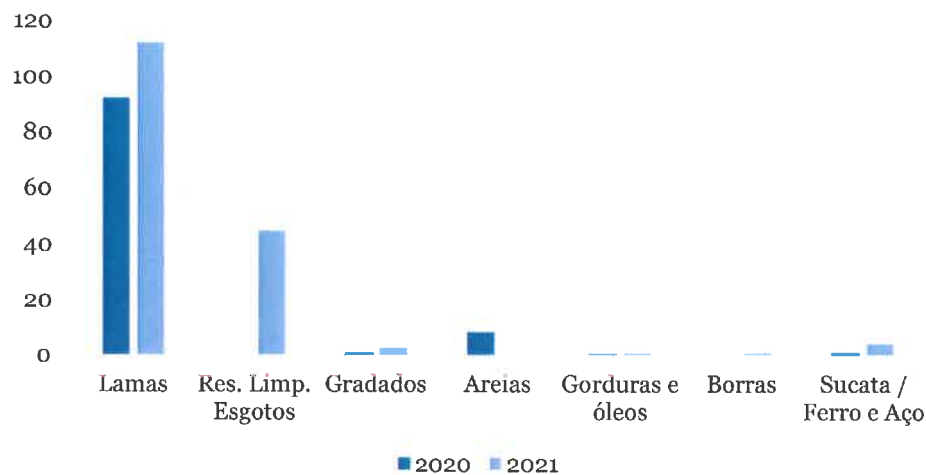
### Caraterização Qualitativa dos Caudais Tratados

Durante o ano de 2021, foram realizadas 12 recolhas (1/mês), 100% das análises previstas na nossa Licença de Descarga, registando-se 100% de cumprimento, dos VLE's estabelecidos no Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, que estabelece as normas de descarga de águas residuais no meio aquático.

### Produção de Resíduos

Em 2021, como podemos observar no gráfico apresentado abaixo, registou-se um aumento na produção total de resíduos (+62,36 Ton), que está diretamente relacionada com o aumento dos caudais tratados.

## Produção de Resíduos



**Gráfico 7 - Produção de Resíduos em 2021.**

### **Manutenção de estruturas e equipamentos**

Para uma eficiente exploração da ETAR da Praia da Vitória, é necessário o cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva de estruturas e equipamentos.

Para além do cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva da ETAR e EEAR4, durante o período em análise, foram efetuadas as seguintes manutenções corretivas e melhorias:

#### **Manutenções Corretivas:**

- Substituição do pé do sem fim de transporte de lamas desidratadas;
- Substituição do interruptor do sem fim de transporte de lamas desidratadas;
- Substituição do disjuntor da turbina traseira do Tanque de Arejamento n.º 1;
- Substituição do nível de uma das bombas da EEAR4;
- Substituição dos rolamentos das rodas dentadas (superior e inferior), do sistema de gradagem n.º 2;
- Reparação da corrente do sistema de gradagem n.º 2; e
- Substituição integral da ponte raspadora do decantador secundário n.º 2.

### Melhoria:

- a) Instalação de estações rateira na ETAR;
- b) Substituição do pavimento do edifício do operador;
- c) Pintura do interior do edifício do operador;
- d) Substituição das tampas dos poços de bombagem, canais de gradagem e poço das válvulas de retenção na EEAR4; e
- e) Remodelação da porta traseira da caixa de transporte de lamas, permitindo deste modo a sua descarga em aterro com maior facilidade e segurança.

No âmbito da atividade de saneamento de águas residuais, a Praia Ambiente, E.M., desenvolve e presta ainda outros serviços, tais como:

- ETAR Compacta do Parque Industrial;
- Limpeza de fossas; e
- Execução de ramais de esgotos.

#### 1.3.7.3.2 ETAR DO PARQUE INDUSTRIAL DA ILHA TERCEIRA

---

### ETAR Compacta do Parque Industrial

A ETAR do Parque Industrial da Ilha Terceira foi projetada para receber um efluente do tipo doméstico (caraterísticas quadro abaixo), produzido por cerca de 250 trabalhadores, que exercem funções nas diversas empresas instaladas no Parque Industrial.

**Quadro 11 - Condições de afluência à ETAR do Parque Industrial.**

	Ano 0	Ano horizonte
<i>CBO<sub>5</sub> (mg/L)</i>	535,71	535,71
<i>CQO (mg/L)</i>	1071,43	1071,43
<i>SST (mg/L)</i>	803,57	803,57

Fonte: Programa de Exploração – janeiro de 2009 – Gerar.

Todo o tratamento do efluente industrial das empresas instaladas no Parque Industrial da ilha Terceira é da responsabilidade das mesmas e não é admitido na rede de drenagem do Parque Industrial.

A Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira (AGESPI) é a entidade titular da ETAR, tendo desde junho de 2012 contratado a Praia Ambiente, E.M., para efetuar a sua exploração.

### **Projeto de Investigação**

Perante uma proposta de investigação apresentada à Direção da AGESPI no sentido de participar num projeto de investigação e desenvolvimento no âmbito do quadro comunitário em vigor, a ser implementado pelas empresas BIO.3A e Liberaqua, esta acordou participar cedendo a ETAR para que, com as devidas adaptações, servisse de estação piloto para avaliar o desempenho de diferentes tipos de macrófitas no tratamento do efluente e na produção de composto de alto nível utilizando a sua própria biomassa. Trata-se de um projeto muito interessante do ponto de vista energético e de sustentabilidade ambiental, que decorrerá pelo período de 2 anos, durante os quais, as empresas BIO.3A e Liberaqua assumem o compromisso de cumprir com todos os valores limites de descarga.

#### **1.3.8 RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS**

A Praia Ambiente, E.M. assume a responsabilidade pela recolha e transporte de resíduos urbanos e equiparados de produtores que não excedam 1 100 litros diários/produtor em todo o concelho da Praia da Vitória, disponibilizando para o efeito 321 equipamentos de deposição em espaços públicos.

A rede de recolha seletiva de resíduos é constituída por 258 ecopontos, distribuídos pelas freguesias do concelho, integrados num sistema de deposição de resíduos urbanos de ecoilhas e 23 pontos de recolha de óleo alimentar usado.





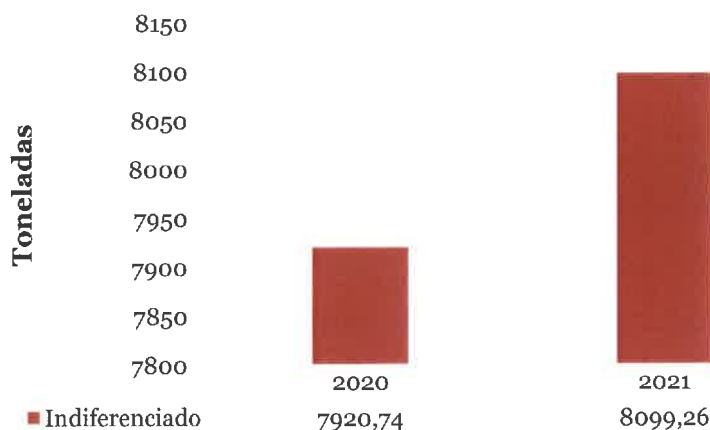
A atividade de recolha de resíduos urbanos, desenvolvida pela Praia Ambiente, E.M. inclui a recolha de resíduos indiferenciados, a recolha seletiva de embalagens, a recolha de óleo alimentar usado e a recolha de monstros.

Em 2021, foram recolhidos pelos serviços da empresa **9 784,05 toneladas de resíduos urbanos**, um **aumento de 3,10 %** relativamente ao ano anterior.

### **Recolha Indiferenciada de Resíduos Urbanos**

A recolha de resíduos indiferenciados no concelho é realizada semanalmente na zona rural (norte e sul) e zona urbana.

A recolha de resíduos indiferenciados contabilizou o total de **8 099,26 toneladas**, um **aumento de 2,25 %** relativo ao ano anterior, representando 82,78% da totalidade dos resíduos recolhidos.



**Gráfico 8. Evolução da recolha Indiferenciada.**

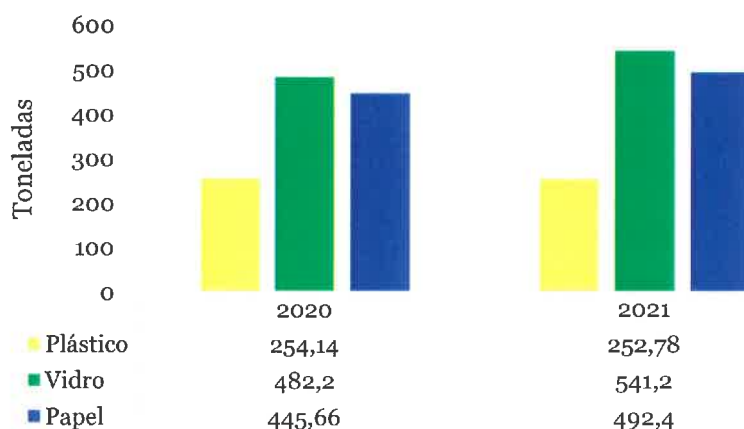
### **Recolha Seletiva de Resíduos de Embalagens**

A recolha seletiva de embalagens é realizada pela Praia Ambiente, E.M através de circuitos específicos, garantindo assim a entrada destes no circuito de reciclagem.

A recolha seletiva no canal HORECA (Hotéis, Restaurantes e Cafés) do concelho, envolve o empréstimo ao estabelecimento comercial de equipamentos destinados à separação dos resíduos valorizáveis e a integração em circuitos semanais de recolha.

A recolha seletiva integra a realizada no Canal Horeca e pequenos produtores de papel/cartão, a recolha seletiva porta-a-porta de plástico (doméstico e HORECA rural) e pequenos produtores de plástico e a recolha na rede de ecopontos.

No ano de 2021, recolheram-se **1 286,38** toneladas de resíduos de embalagens, verificando-se um **aumento de cerca de 8,83%** de resíduos recolhidos relativamente ao ano anterior, representando 13,15% do total dos resíduos recolhidos.

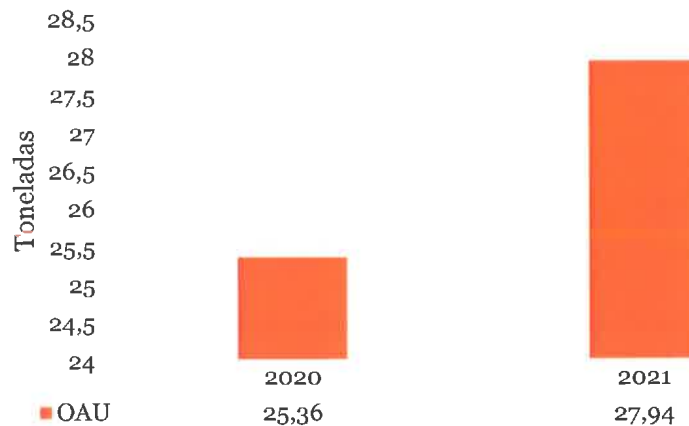


**Gráfico 9. Evolução da quantidade de embalagens recolhidas seletivamente.**

### Recolha de Óleos Alimentares Usados

A Praia Ambiente, E.M. assegura igualmente a recolha do óleo alimentar usado, recolhendo nos oleões de rua e nos estabelecimentos do canal HORECA, o qual posteriormente é encaminhado para o operador licenciado para valorização.

Em 2021, foram recolhidos e encaminhados para valorização de **27,94 toneladas de óleo alimentar usado**, o que representa um **aumento de 10,17 %** relativamente ao ano anterior.

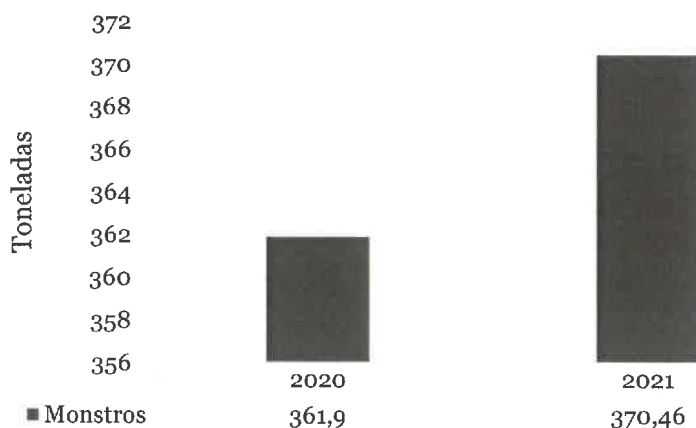


**Gráfico 10. Evolução recolha de Óleo Alimentar Usado.**

### **Recolha de Monstros e Verdes**

Os monstros são resíduos provenientes das habitações e que pela sua natureza, dimensão ou volume não podem ser recolhidos pelos meios tradicionais de recolha, tais como resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, móveis, colchões e resíduos provenientes dos jardins domésticos (verdes).

No ano em análise, foram recolhidas **370,46 toneladas de monstros**, um **aumento de 2,37%** relativamente ao ano anterior, representando 3,79% do total dos resíduos recolhidos em 2021.



**Gráfico 11. Evolução Recolha de Monstros.**

### 1.3.9 SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

Os serviços de limpeza urbana asseguram diariamente, através da varredura manual, a limpeza de arruamentos, faixas de rodagem, passeios, passagens pedonais do centro urbano da cidade da Praia da Vitória, numa média diária percorrida de 20 km, bem como a remoção dos resíduos das papelarias das principais artérias da cidade.

### 1.3.10 O FUTURO

O futuro passa pelo cumprimento das imposições legais que serão aplicadas à região, nomeadamente à recolha de biorresíduos secos e húmidos e de têxteis, bem como ao cumprimento das metas legais quanto à redução de resíduos para inceneração e ao aumento de resíduos para reciclagem.

Atendendo aos anos de serviço e sobrecarga das atuais viaturas de recolha de resíduos e aos elevados custos de manutenção e reparação de avarias, perspetiva-se a aquisição de uma viatura com caixa de recolha de 16m<sup>3</sup> destinada à recolha de resíduos indiferenciados e, uma viatura com caixa de recolha de 7 a 8m<sup>3</sup> destinada à recolha de indiferenciados no centro urbano e biorresíduos do Canal Horeca rural e urbano.

## 1.4 FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS

Esta área engloba o Sistema de Informação Geográfica, apreciação de projetos de redes prediais, deteção de fugas de água em redes públicas e privadas, elaboração de peças desenhadas e orçamentos para projetos de execução, orçamentos e as ações de fiscalização inerentes ao cumprimento do Regulamento de Resíduos do Município da Praia da Vitória, bem como do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do concelho de Praia da Vitória.

### 1.4.1 SERVIÇOS

Durante o ano de 2021 houve uma diminuição de 5% no número serviços efetuados, em relação a 2020, conforme consta do quadro seguinte:

**Quadro 12 - Evolução do N° de Serviços Efetuados**

<i>Serviços</i>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ</b>
<i>Deslocações</i>	48	49	2%
<i>Detetor de fugas - Redes Privadas</i>	31	46	48%
<i>Detetor de fugas - Redes Públicas</i>	12	4	
<i>Outros</i>	27	13	-52%
<b>TOTAL</b>	<b>118</b>	<b>112</b>	<b>-5%</b>

### 1.4.2 FISCALIZAÇÃO



Em linha com os objetivos propostos, foram desenvolvidas ao longo deste período 2572 ações de fiscalização de modo a garantir o cumprimento, por parte dos munícipes, dos regulamentos em vigor, resultantes da rotina de fiscalização, da necessidade de serviços internos e de comunicação de ocorrências.

Até ao final do 2021, o número de fiscalizações efetuadas foi 289% superior ao mesmo período do ano anterior, devido à menor atividade destes serviços por motivos relacionados com a COVID 19, bem como o aumento significativo de incumprimentos na deposição de resíduos urbanos no centro da cidade Praia da Vitória em virtude da alteração do horário de recolha. A quantificação das fiscalizações efetuadas consta do quadro seguinte:

**Quadro 13 - Evolução do N° de Fiscalizações Efetuadas.**

<i>Fiscalizações</i>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ</b>
<i>Fiscalizações água</i>	10	63	530%
<i>Fiscalizações Resíduos</i>	609	2488	309%
<i>Fiscalizações Saneamento</i>	5	5	0%
<i>Outras</i>	38	16	-58%
<b>TOTAL</b>	<b>662</b>	<b>2572</b>	<b>289%</b>

#### 1.4.3 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

Na área dos Sistemas de Informação Geográfica, foi realizado a validação dos processos de ligação que deram entrada até ao final do ano de 2021, sua integração na plataforma Aquamatrix e cadastro no ArcGis. Verificou-se um aumento de 32% de processos cadastrados, em relação ao período homólogo de 2020, como se pode constatar no quadro seguinte:

**Quadro 14 - Evolução do N° de verificações e cadastro de processos de ligação.**

<i>Processos de Ligação</i>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ</b>
-----------------------------	-------------	-------------	----------

<i>Verificação Proj. Águas</i>	190	253	33%
<i>Verificação Proj. Saneamento</i>	91	119	31%
<b>TOTAL</b>	<b>281</b>	<b>372</b>	<b>32%</b>

Procedeu-se à contínua atualização do cadastro das infraestruturas existentes com especial enfoque na verificação dos ramais de água, efetuou-se o cadastro de fossas particulares conforme consta dos projetos entregues na empresa entre 2007 e 2021.

Iniciou-se o processo de cadastro exato, de todas as captações de água do nosso sistema de abastecimento, bem como ao registo de todas as infraestruturas e ativos da empresa em consonância de forma a implementar um sistema de gestão operacional centrado no SIG.

Durante este período efetuou-se a configuração do Sistema de Informação Geográfica da empresa, de forma a possibilitar a criação de ferramentas de exploração dos dados cadastrados. Estas ferramentas têm como função auxiliar os responsáveis na gestão dos sistemas da empresa, facilitando a tomada de decisão bem como à resposta a solicitações de cedência de informação.

Na vertente de divulgação de informação procedeu-se à criação de serviços de visualização do cadastro de infraestruturas, no âmbito dos Indicadores de Qualidade do Serviço, para a ERSARA, permitindo a consulta da informação de uma forma rápida e direta. Disponibilizou-se também no site da empresa, visualizadores das infraestruturas dos sistemas de Distribuição de Água e de Resíduos Urbanos.

Implementámos nas tarefas da área, nomeadamente na fiscalização, SIG e operacional do DGRH, ferramentas de portabilidade, permitindo reduzir substancialmente o consumo de papel. Neste momento praticamente todas as atividades de campo, da nossa área de serviços, são feitas com recurso a dispositivos móveis e apps criadas para o efeito.

#### 1.4.4 PROJETOS

Esta área dispõe de uma componente de elaboração de estudos, através da execução de peças desenhadas e orçamentos diversos. Estes elementos têm servido como estudos prévios, que se entregam a gabinetes de projeto para os aprofundarem, como projetos de empreitadas efetuadas ou até para obras de administração direta. Os estudos são

executados autonomamente ou em colaboração com elementos de outras áreas da empresa.

Durante o 1º semestre foram elaborados os seguintes trabalhos:

- Conclusão do estudo MONTAGEM DE CIRCUITOS DE REGULAÇÃO DE PRESSÃO - RUA DA CALDEIRA, LAJES. No seu âmbito elaboraram-se os pormenores construtivos tendo em vista a aquisição dos equipamentos e acessórios, bem como à sua instalação.
- Execução do estudo e respetiva orçamentação, do PROLONGAMENTO E REMODELAÇÃO DE COLETORES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS E PLUVIAL - PROCESSO DE LIGAÇÃO 2020/158
- Efetuaram-se algumas diligências e consultas no intuito de se implementar o CONTROLO DE PERDAS DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO CONCELHO
- Retomou-se o estudo DESATIVAÇÃO DO HIDROPRESSOR NA CANADA DO CALDEIRO – BISCOITOS.

## 1.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No ano de 2021, as atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Educação Ambiental (EA) passaram pelos seguintes eventos:

- Elaboração de avisos de serviços da Praia Ambiente, E.M.;
- Elaboração de Relatório de Educação Ambiental e da empresa municipal;
- Concurso escolar “**A tua Escola é a mais Amarela?**” em parceria com a empresa Tetra Pak que premiou a escola do município que reciclou a maior quantidade de embalagens por aluno.
- Projeto “**Prontos a Reciclar**” uma campanha de sensibilização junto da comunidade escolar com distribuição de 3780 ecobags (sacos para a reciclagem) da Sociedade Ponto Verde a todos os alunos e professores.



- Celebração do **Dia Mundial da Água**, a 22 de março, foi efetuada sensibilização sobre a poupança de água e visita à Estação de Tratamento das Águas Residuais da Praia da Vitória.
- **Formação “Reciclagem: entenda a sua importância na nossa saúde”** ao pessoal não docente da Escola Básica Integrada da Praia da Vitória, participaram 62 formandos.
- **Participação IV edição da Feira de Ambiente** de 22 de maio a 05 de junho com exposição e entrega de materiais para sensibilizar para a redução de produção de resíduos, com mais de 300 participantes.
- Campanha PaP **“Novo Horário de Recolha de Resíduos”** com o objetivo de informar o munícipe das alterações implementadas ao serviço de recolha de resíduos.
- Realização de visitas de estudo à nascente das Frechas na Agualva e Estação de Tratamento de Águas Residuais com os jovens da CDIJ FORTIS da Santa Casa da Misericórdia de Praia da Vitória.
- Elaboração do Relatório das Ações Realizadas do Plano Intermunicipal de Ação de Gestão de Resíduos Urbanos da Ilha Terceira.
- Formação interna aos colaboradores da empresa em **Boas Práticas Ambientais**, a 4 e 5 novembro, num total de 90 colaboradores; e **Recolha Seletiva de Biorresíduos** aos colaboradores da área comercial, fiscalização e da recolha de resíduos, 16 e 25 novembro, num total de 40 colaboradores.
- Projeto - **“CircularNet – Plataforma para a circularidade: Comunidade, Empresas e Ambiente natural”**, este consiste numa rede de 8 parceiros em trabalho colaborativo que pretende abordar a transformação das cidades através de uma economia circular ao nível da reciclagem e recolha de resíduos, contribuindo com a presença nas reuniões online e entrega da informação solicitada pela rede.
- Projeto **Sistema de Depósito de Embalagens não Reutilizáveis de Bebidas** da DRAAC em parceria com o município para instalação de duas máquinas de depósito de embalagens (uma na freguesia de Santa Cruz e outra na freguesia dos Biscoitos).
- Início da campanha de sensibilização ambiental **“Biorresíduos - Reciclar um compromisso pela Vida”** efetuada no centro de convívio e escola do Cabo da Praia, a 2 e 3 dezembro 2021.

Abaixo encontram-se quantificados os principais trabalhos executados pelo Gabinete.

**Quadro 15. Número de ações em educação ambiental realizadas no ano de 2021.**

		Visitas de		Campanha	Ações de	
		Estudo	Eventos	Sensibilização	Sensibilização	Total
2020	Número	2*	0*	0	31*	33
	Participantes	28	0	0	35	63
2021	Número	3	2	2	2	9
	Participantes	43	1600	9054	3842	14 539

\*devido à pandemia COVID-19 foram canceladas todas as visitas de estudo, eventos e ações de sensibilização agendados a partir de 16 março.

Abaixo algumas imagens das atividades realizadas:



## 1.6 QUALIDADE AMBIENTE E SEGURANÇA

Com o intuito de prestarmos cada vez melhor os nossos serviços garantindo a satisfação de todas as partes interessadas, a motivação e segurança dos funcionários da empresa e boas práticas ambientais, o cumprimento do contrato de gestão delegada pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, o cumprimento das imposições legais e recomendações da entidade reguladora e ver reconhecido por todos o empenho na prossecução de assegurarmos o objetivo de prestarmos os serviços de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e recolha e encaminhamento de resíduos urbanos com qualidade, iniciamos em 2020 a implementação de um Sistema de Gestão Integrado, Qualidade, Ambiente e Segurança (SGI) com o seguinte âmbito: “O abastecimento público de água e serviços conexos, saneamento de águas residuais urbanas, drenagem e tratamento de águas residuais, gestão de resíduos urbanos e



limpeza pública, recolha e tratamento de resíduos urbanos, a promoção e gestão de equipamentos coletivos, a promoção, manutenção e conservação de infraestruturas e gestão urbana.”

O Sistema de Gestão Integrado assenta no cumprimento dos requisitos das Normas da Qualidade: ISO 9001, do Ambiente: ISO 14001 e da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho: ISO 45001.

A adoção pela Praia Ambiente, E.M. de um SGI constitui uma etapa essencial para o desenvolvimento e consolidação de uma Cultura de Excelência, orientada para a melhoria contínua dos serviços prestados, das condições de trabalho e do desempenho ambiental.

Foi definida a política da empresa, bem como, procedimentos de gestão, processos e modelos do sistema de gestão integrada.

### 1.6.1 SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

No decorrer de 2021, esta área procedeu, à semelhança do ano transato e em conformidade com as normas de segurança em vigor, à verificação e distribuição dos equipamentos de proteção individual para os diferentes departamentos operacionais da empresa, bem como o acompanhamento das atividades desenvolvidas em toda a empresa, entre outras atividades.

#### 1.6.1.1 INTERVENÇÕES - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

No ano de 2021, no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, foram acompanhadas as atividades de execução de ramal/rede de águas, manutenção de espaços verdes, acompanhamento das recolhas de Resíduos Urbanos, Reciclagem, entre outros.

Em outubro, foi realizada a manutenção dos extintores na sede da Praia Ambiente, E.M., instalações do Cabo da Praia, viaturas de recolha do Departamento de Gestão de



Resíduos Urbanos e nas Instalações da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Praia da Vitória.

Nos meses de junho e dezembro, foi realizada a manutenção dos sistemas de ar condicionado de todas as instalações da Praia Ambiente, E.M. e da ETAR.

De acordo com o Plano de Limpeza e Higienização, foram acompanhadas as atividades de limpeza de modo a estarem de acordo com o plano mencionado.

Foram revistas as medidas preventivas no contexto da pandemia COVID-19, no âmbito do Plano de Contingência da Câmara Municipal da Praia da Vitória, e atualizada a avaliação de riscos do Manual de Segurança da Praia Ambiente, E.M.

#### 1.6.1.2 SINISTRALIDADE LABORAL

Em 2021, registou-se um total de 7 acidentes de trabalho, dos quais 1 ocorreu na Estação de Tratamento de Águas Residuais e 6 no Departamento de Gestão de Resíduos Urbanos.

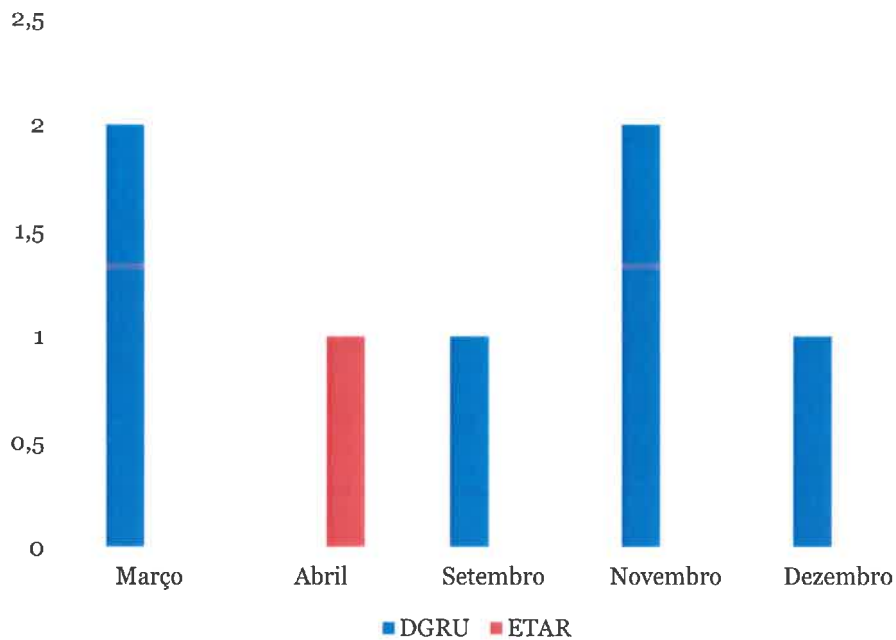
**Quadro 16 – Características dos Acidentes de Trabalho 2021.**

DATA	DEP.	ORIGEM	CONSEQUÊNCIA	DETALHE DA LESÃO
06/03/2021	DGRU	Choque com superfície	Lesões internas	Torác
26/03/2021	DGRU	Movimentação cargas	Lesões múltiplas	Músculos
19/04/2021	DGRU	Choque com objetos	Entorse	Pé
10/09/2021	ETAR	Queda em altura	Fratura	Costela faturada
22/11/2021	DGRU	Choque com objetos	Entorse	Pé
30/11/2021	DGRU	Deslocação	Entorse	Pé (Lesões internas)
28/12/2021	DGRU	Queda de objetos	Lesões múltiplas	Perna, incluindo o joelho

**Legenda:**

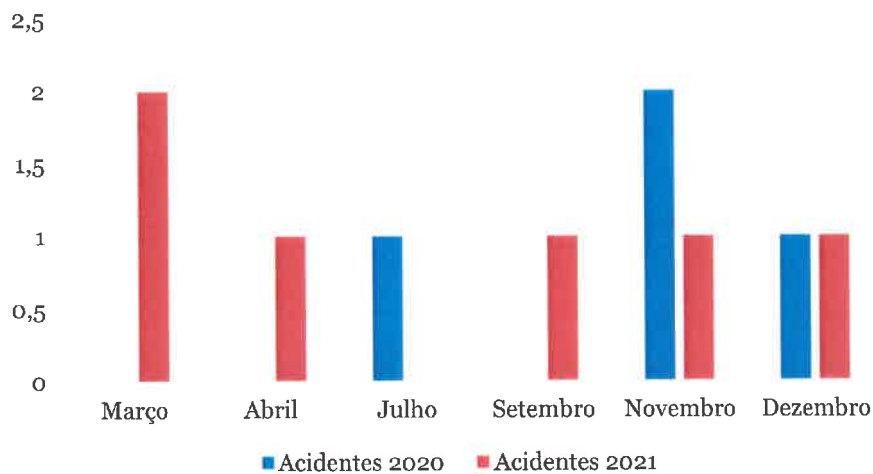


**DGRU** - Departamento de Gestão de Resíduos Urbanos  
**DGRH** - Departamento de Gestão de Recursos Hídricos



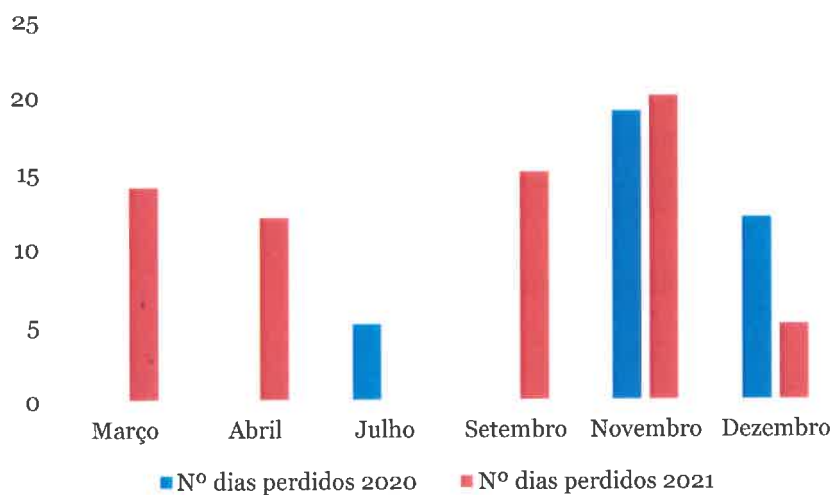
**Gráfico 10 – Acidentes de Trabalho ocorridos no ano de 2021.**

No gráfico abaixo, está representada a comparação da sinistralidade laboral entre 2020 e 2021. É possível verificar que os meses de março e novembro foram os que registaram maior número de acidentes em 2021. No ano de 2020, o mês que registou maior número de acidentes de trabalho foi o mês de novembro, com um total de 2 acidentes.



**Gráfico 11 – Frequência do número de acidentes por mês em 2020 e 2021.**

As faltas por incapacidade temporária relativas aos acidentes ocorridos em 2021 totalizaram 66 dias perdidos, mais 30 do que no ano de 2020.



**Gráfico 12 – Dias Perdidos - Ano de 2020 e 2021.**



### 1.6.1.3 MEDICINA DO TRABALHO

No ano de 2021, foi dada continuação ao processo de Medicina do Trabalho, tendo-se realizado 44 consultas e 48 exames complementares de diagnóstico, nomeadamente, análises clínicas, conforme planeadas.

**Quadro 17 – Quantificação da atividade de Medicina do Trabalho.**

DEPARTAMENTO	ANÁLISES	CONSULTAS
Área Administrativa e Financeira	5	5
Área Comercial	6	4
Estação Tratamento de Águas Residuais	3	3
Gestão de Recursos Hídricos	8	6
Gestão de Resíduos Urbanos	23	22
Gabinete de Estudos, Planeamento e Fiscalização	1	2
Gabinete Educação Ambiental	0	2
Gabinete Auditoria Interna	1	1
Conselho de Administração	1	1

### 1.6.1.4 SENSIBILIZAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

No decorrer de 2021, foram realizadas 2 ações de sensibilização sobre o Regulamento de Prevenção e Controlo de Alcoolémia, consumo de álcool, tabagismo e manuseamento,



armazenamento, fichas técnicas e de segurança e rotulagem de substâncias perigosas no Departamento de Gestão de Recursos Urbanos.

#### 1.6.1.5 REGULAMENTO DE ALCOOLÉMIA

Regista-se que em fevereiro, março e outubro, foram realizados testes de controlo de alcoolémia, no Departamento de Gestão de Recursos Urbanos, com recurso a equipamento de sopro adquirido pela Praia Ambiente, EM.

### 1.7 INDICADORES DE DESEMPENHO

No âmbito do Contrato de Gestão Delegada celebrado entre o Município da Praia da Vitória e a Praia Ambiente, E.M., foram definidos objetivos estratégicos integrados para o setor, materializados em indicadores de cobertura e de qualidade de serviço, de desempenho ambiental, de produtividade e de eficiência de gestão.

Os indicadores a monitorizar foram definidos tendo por base o sistema de indicadores de qualidade do serviço utilizado pela Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) para Portugal continental, uma vez que a ERSARA, à data da celebração do contrato de gestão delegada, ainda não havia definido para a região os indicadores da qualidade de serviço.

### 1.8 DESEMPENHO FINANCEIRO

Neste capítulo apresenta-se a análise Económica e Financeira da empresa em 2021, bem como a comparação com o período homólogo em 2020.

## 1.8.1 ANÁLISE ECONÓMICA

### 1.8.1.1 GANHOS

A 31 de dezembro de 2021 os Ganhos Totais da Praia Ambiente, EM, ascenderam a **3 878 181,26 EUR** e registaram um acréscimo de **1%** face ao período homólogo, tendo como principal causa o aumento dos Serviços Prestados.

#### Quadro Evolução dos ganhos totais (EUR).

Rendimentos	31/12/2021	31/12/2020
Vendas e Serviços Prestados	3 363 279,75 €	3 201 178,24 €
Subsídios à Exploração	347 039,78 €	512 456,64 €
Outros Rendimentos e Ganhos	167 861,73 €	122 348,88 €
<b>Total</b>	<b>3 878 181,26 €</b>	<b>3 835 983,76 €</b>

O volume de negócios atingiu os **3 363 279,75 EUR**, aumentando em **5%** por referência ao mesmo período de 2020.

De salientar que a atividade da Praia Ambiente, E.M. nos últimos dois anos caracterizou-se, fundamentalmente, pela prestação dos seguintes serviços:

#### Quadro Evolução da prestação de Serviços (EUR).

Prestação de serviços	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilização de água	525 739,43 €	505 322,26 €
Consumo de água	1 386 799,78 €	1 340 441,85 €
Saneamento	301 999,77 €	297 740,82 €
Recolha de resíduos sólidos	910 159,00 €	905 461,69 €
Outros serviços	150 972,25 €	56 236,58 €
Resíduos para tratamento	87 609,52 €	95 975,04 €
<b>Total</b>	<b>3 363 279,75 €</b>	<b>3 201 178,24 €</b>

Verificou-se acréscimos nas rubricas “Disponibilização de Água”, “Consumo de água”, “Saneamento”, “Recolha de Resíduos Sólidos” e “Outros serviços” de **4%**, **3%**, **1%**, **1%** e

**63%** respetivamente. Por outro lado, a rubrica, “Venda de Resíduos para Tratamento” teve uma diminuição de **9%**.

### 1.8.1.2 GASTOS

A 31 de dezembro de 2021 os Gastos Totais, no montante de **3 869 466,46 EUR**, apresentaram a seguinte estrutura:

#### Quadro Evolução dos gastos totais (EUR).

Custos	31/12/2021	31/12/2020
Custo das mercadorias vendidas	25 305,98 €	21 029,21 €
Fornecimentos e serviços externos	1 108 831,04 €	1 139 750,16 €
Custos com pessoal	1 788 680,08 €	1 769 104,84 €
Imparidade de dívidas a receber	6 911,54 €	662,33 €
Outros gastos e perdas	25 019,17 €	22 163,04 €
Gastos / reversões de depreciação	738 124,28 €	669 163,91 €
Juros e gastos similares suportados	176 594,37 €	199 043,80 €
<b>Total</b>	<b>3 869 466,46 €</b>	<b>3 820 917,29 €</b>

O aumento dos Gastos, em **1%** face ao mesmo período de 2020, é essencialmente suportado pelo aumento dos Custos com pessoal (**1%**) e pelo aumento dos Gastos de depreciação (**9%**).

Na estrutura de gastos da Praia Ambiente, E.M., assume particular relevo a rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, com um peso de **33%** relativamente ao volume de negócios, e que em 2021 apresenta uma diminuição de **3%** face ao período homólogo:

**Quadro Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos (EUR).**

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2021	31/12/2020
Subcontratos - Aterro	230 079,73 €	222 918,98 €
Serviços especializados	203 018,94 €	180 003,84 €
Publicidade e propaganda	5 393,72 €	1 677,39 €
Vigilância e Segurança	1 212,19 €	1 715,81 €
Honorários	6 000,00 €	5 590,20 €
Comissões	2 060,62 €	1 439,47 €
Conservação e reparação equip. b:	79 241,82 €	135 816,87 €
Serviços bancários	35 423,45 €	35 572,74 €
Ferramentas e utensílios	51 733,99 €	78 082,30 €
Material de escritório	12 330,85 €	12 976,42 €
Artigos para oferta	2 484,50 €	1 092,10 €
Electricidade	234 645,90 €	236 991,09 €
Combustíveis - gasóleo	119 117,80 €	104 746,98 €
Combustíveis - gasolina	3 066,62 €	2 519,88 €
Óleos e lubrificantes	2 695,50 €	3 598,38 €
Produtos Limpeza veículos	2 420,90 €	2 986,55 €
Produtos tratamento águas	3 987,91 €	3 730,90 €
Deslocações e estadas	971,97 €	1 560,44 €
Transportes de mercadorias	7 017,85 €	3 126,39 €
Aluguer de máquinas	4 596,82 €	10 543,71 €
Comunicação - despesas postais	56 218,06 €	54 674,20 €
Comunicação - telefones	7 832,10 €	7 807,69 €
Comunicação - telemóveis	4 082,13 €	5 318,85 €
Seguros - ramo incêndio/ambiente	20 772,91 €	16 716,16 €
Seguros - viaturas	9 042,49 €	5 956,99 €
Contecioso e notariado	1 518,69 €	1 014,66 €
Despesas de representação	0,00 €	49,70 €
Limpeza higiene e conforto	1 863,58 €	1 521,47 €
<b>Total</b>	<b>1 108 831,04 €</b>	<b>1 139 750,16 €</b>

### 1.8.1.3 RESULTADOS

O Resultado Líquido de 2021 cifra-se em **6 722,19 EUR** positivos, fruto da diminuição dos Resultados Operacionais, a qual foi impulsionada essencialmente pela diminuição dos Subsídios à Exploração e dos Fornecimentos e serviços externos.

#### Quadro Evolução da Demonstração de Resultados (EUR).

Demonstração de Resultados	31/12/2021	31/12/2020
Vendas e serviços prestados	3 363 279,75 €	3 201 178,24 €
Subsídios à Exploração	347 039,78 €	512 456,64 €
Custo das mercadorias vendidas	-25 305,98 €	-21 029,21 €
Fornecimentos e serviços externos	-1 108 831,04 €	-1 139 750,16 €
Custos com pessoal	-1 788 680,08 €	-1 769 104,84 €
Imparidade de dívidas a receber	-6 911,54 €	-662,33 €
Aumentos/reduções de justo valor	117,99 €	237,56 €
Outros rendimentos e ganhos	167 861,73 €	122 348,88 €
Outros gastos e perdas	-25 019,17 €	-22 163,04 €
<b>Resultado antes de depreciações, g</b>	<b>923 551,44 €</b>	<b>883 511,74 €</b>
Gastos / reversões de depreciação	-738 124,28 €	-669 163,91 €
<b>Resultado Operacional</b>	<b>185 427,16 €</b>	<b>214 347,83 €</b>
Juros e gastos similares suportados	-176 594,37 €	-199 043,80 €
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>8 832,79 €</b>	<b>15 304,03 €</b>
Imposto sobre o rendimento do pe	-2 110,60 €	-3 159,34 €
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>6 722,19 €</b>	<b>12 144,69 €</b>

### 1.8.2 ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Em 2021, o ativo da Praia Ambiente, E.M., atingiu o montante de **10 822 330,39 EUR** e o capital próprio e o passivo eram de **4 079 205,45 EUR** e **6 743 124,94 EUR**, respetivamente.

### Quadro Evolução do Balanço (EUR).

Balanço	31/12/2021	31/12/2020
Ativos fixos tangíveis	9 938 727,88 €	9 580 940,55 €
Ativos intangíveis	581,25 €	656,25 €
Outros Investimentos financeiros	5 384,73 €	5 993,95 €
Ativos por impostos diferidos	3 401,86 €	3 401,86 €
<b>Total do activo não corrente</b>	<b>9 948 095,72 €</b>	<b>9 590 992,61 €</b>
Inventários	47 783,21 €	33 240,78 €
Clientes	189 017,15 €	253 596,92 €
Estados e outros entes públicos	46 749,67 €	17 277,27 €
Outras contas a receber	354 267,64 €	292 199,41 €
Diferimentos	13 785,76 €	1 285,07 €
Caixa e depósitos bancários	222 631,24 €	409 161,12 €
<b>Total do activo corrente</b>	<b>874 234,67 €</b>	<b>1 006 760,57 €</b>
<b>Total do activo</b>	<b>10 822 330,39 €</b>	<b>10 597 753,18 €</b>
Capital realizado	1 878 348,22 €	1 878 348,22 €
Reservas legais	15 902,66 €	15 295,43 €
Outras reservas	5 814,81 €	5 814,81 €
Resultados transitados	229 535,30 €	217 997,84 €
Outras variações no capital própr	1 942 882,27 €	2 000 726,93 €
Resultado líquido do período	6 722,19 €	12 144,69 €
<b>Total do capital próprio</b>	<b>4 079 205,45 €</b>	<b>4 130 327,92 €</b>
Financiamentos obtidos	4 455 134,63 €	4 806 003,79 €
<b>Total do passivo não corrente</b>	<b>4 455 134,63 €</b>	<b>4 806 003,79 €</b>
Fornecedores	309 183,74 €	129 412,69 €
Estados e outros entes públicos	40 680,71 €	41 835,81 €
Financiamentos obtidos	1 018 189,13 €	735 202,64 €
Outras contas a pagar	919 936,73 €	754 970,33 €
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>2 287 990,31 €</b>	<b>1 661 421,47 €</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>6 743 124,94 €</b>	<b>6 467 425,26 €</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>	<b>10 822 330,39 €</b>	<b>10 597 753,18 €</b>

O ativo não corrente registou em 2021 um aumento de 4% e os ativos correntes diminuíram 13% contribuindo para a diminuição a rúbrica “Clientes” e a rúbrica de “Caixa e depósitos bancários”.

As variações ocorridas, quer no Passivo não corrente quer no Passivo corrente, em -7% e 27% respetivamente.

### 1.8.2.1 INDICADORES FINANCEIROS

Os prazos médios de recebimento/pagamento da empresa, espelhados no quadro seguinte, comparados com o período homólogo de 2020:

#### Quadro Evolução dos prazos médios de recebimento/pagamento.

Prazo Médio de Recebimento	31/12/2021	31/12/2020
Clientes	189 017,15 €	253 596,09 €
Prestações de serviços	3 363 279,75 €	3 201 178,24 €
<b>PMR</b>	<b>21 dias</b>	<b>40 dias</b>

Prazo Médio de Pagamento	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	309 183,74 €	129 412,69 €
Fornecimentos e serviços externos	1 108 831,04 €	1 139 750,16 €
<b>PMP</b>	<b>102 dias</b>	<b>41 dias</b>

Em 2021 o prazo médio de recebimento da empresa foi de **21 dias** tendo registado uma variação positiva face a 2020.

Em 2021 o prazo médio de pagamento da empresa foi de **102 dias** tendo registado um aumento face ao mesmo período de 2020.

### 1.8.3 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

Prevê-se que a Praia Ambiente, E.M. mantenha o seu nível de atividade em 2022, continuando a prestar serviços, sendo que sentirá dificuldades ao nível do investimento face ao enorme constrangimento económico e financeiro que lhe assiste, com a agravante de que os valores médios dos serviços e matérias primas encontram-se numa subida exponencial. Com isso, 2022 será um ano de desafios, reorganização estrutural e foco na redução de custos. Além disso, serão preparados diversos projetos de investimento no sentido de que sejam passíveis de candidatura a fundos estruturantes afim de melhorar todo o nosso âmbito de atuação e melhoria da qualidade do serviço junto dos munícipes.



Perspetiva-se, a implementação do sistema de gestão integrado da qualidade, ambiente e segurança que visa garantir a qualidade do serviço e a satisfação dos clientes, a redução e a otimização dos custos, a melhoria das práticas ao nível ambiental, salvaguardando a segurança e a saúde dos trabalhadores, envolvendo os seus colaboradores na sua prossecução, com vista à melhoria contínua. O ano de 2022 ficará certamente marcado pela finalização da empreitada de Execução do Projeto de Adução e Abastecimento de Água a Santa Rita/Juncal, e pela adjudicação da Empreitada de Execução do projeto de Adução e Abastecimento de Água ao Terceira Tech Island.

No âmbito da relação com o cliente, além do reforço das campanhas de sensibilização e educação ambiental junto da população escolar e população em geral, será lançada uma campanha de promoção de adesão à fatura eletrónica. Na área da comunicação e da educação ambiental, serão realizados projetos e ações que visam o cumprimento das metas estabelecidas pela empresa e as imposições legais, as quais passam pela aposta na redução de resíduos enviados para aterro/inceneração, na melhoria da recolha seletiva de resíduos, quer em termos quantitativos quer qualitativos.

No plano de valorização profissional dos colaboradores, serão asseguradas ações de formação nas diferentes áreas de atividade.

Praia da Vitória, março de 2022,

O Conselho de Administração,



Tiago Manuel da Silva Borges

*Administrador Executivo*



Otília Maria de Sousa Martins

*Administradora não Executiva*



## II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Praia Ambiente, E.M. são compostas pelos seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados por Natureza;
- Demonstração de alteração do capital próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa;
- Anexo.

Os documentos mencionados foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e apresentam a posição financeira da empresa a 31 de dezembro de 2021.



O Contabilista Certificado,

Cesário Meneses

O Conselho de Administração



Tiago Manuel da Silva Borges

*Administrador Executivo*



Otília Maria de Sousa Martins

*Administradora não Executiva*


## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em euros)

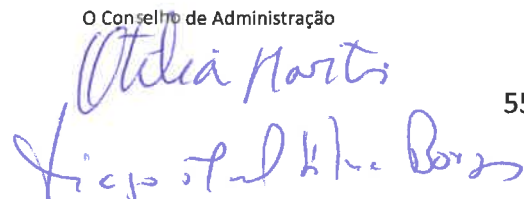
ATIVO	Notas	31 dezembro 2021	31 dezembro 2020
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	9 938 727,88	9 580 940,55
Ativos intangíveis	6	581,25	656,25
Outros investimentos financeiros	10	5 384,73	5 993,95
Ativos por impostos diferidos	10	3 401,86	3 401,86
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>9 948 095,72</b>	<b>9 590 992,61</b>
<b>ACTIVO CORRENTE:</b>			
Inventários	9	47 783,21	33 240,78
Clientes	10	189 017,15	253 596,92
Estado e outros entes públicos	15	46 749,67	17 277,27
Outros créditos a receber	10	354 267,64	292 199,41
Diferimentos	11	13 785,76	1 285,07
Caixa e depósitos bancários	5	222 631,24	409 161,12
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>874 234,67</b>	<b>1 006 760,57</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>10 822 330,39</b>	<b>10 597 753,18</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital subscrito	12	1 878 348,22	1 878 348,22
Reservas legais	12	15 902,66	15 295,43
Outras reservas	12	5 814,81	5 814,81
Resultados transitados	12	229 535,30	217 997,84
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	12	1 942 882,27	2 000 726,93
		4 072 483,26	4 118 183,23
Resultado líquido do período	12	6 722,19	12 144,69
<b>Total do capital próprio</b>		<b>4 079 205,45</b>	<b>4 130 327,92</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	13	4 455 134,63	4 806 003,79
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>4 455 134,63</b>	<b>4 806 003,79</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	13	309 183,74	129 412,69
Estado e outros entes públicos	15	40 680,71	41 835,81
Financiamentos obtidos	13	1 018 189,13	735 202,64
Outras dívidas a pagar	14	919 936,73	754 970,33
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>2 287 990,31</b>	<b>1 661 421,47</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>6 743 124,94</b>	<b>6 467 425,26</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>10 822 330,39</b>	<b>10 597 753,18</b>

O anexo faz parte integrante deste balanço.

O Contabilista Certificado

  
CC Nº 82359

O Conselho de Administração




DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em euros)

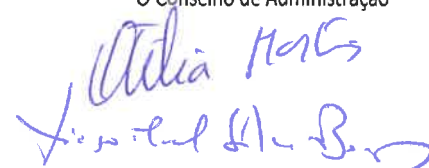
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Vendas e serviços prestados	16	3 363 279,75	3 201 178,24
Subsídios à exploração	16	347 039,78	512 456,64
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-25 305,98	-21 029,21
Fornecimentos e serviços externos	17	-1 108 831,04	-1 139 750,16
Gastos com o pessoal	18	-1 788 680,08	-1 769 104,84
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	10	-6 911,54	-662,33
Aumentos/reduções de justo valor	16	117,99	237,56
Outros rendimentos	16	167 861,73	122 348,88
Outros gastos	20	-25 019,17	-22 163,04
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>923 551,44</b>	<b>883 511,74</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	19	-738 124,28	-669 163,91
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>185 427,16</b>	<b>214 347,83</b>
Juros e gastos similares suportados	21	-176 594,37	-199 043,80
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>8 832,79</b>	<b>15 304,03</b>
Imposto sobre o rendimento do período	8	-2 110,60	-3 159,34
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>6 722,19</b>	<b>12 144,69</b>

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos resultados por naturezas

O Contabilista Certificado

  
CC Nº 82359

O Conselho de Administração



## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2020

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período	12	1 878 348,22	14 846,59	5 814,81	209 469,96	2 074 329,17	8 976,72	4 191 785,47
<b>Alterações no período:</b>								
Ajustamentos por impostos diferidos	12	0,00	0,00	0,00	0,00	18 098,04	0,00	18 098,04
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	12		448,84		8 527,88	-91 700,28	-49 570,07	-132 293,63
		<u>0,00</u>	<u>448,84</u>	<u>0,00</u>	<u>8 527,88</u>	<u>-73 602,24</u>	<u>-49 570,07</u>	<u>-114 195,59</u>
Resultado líquido do período	12						12 144,69	12 144,69
Resultado integral							<u>-37 425,38</u>	<u>-102 050,90</u>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>								
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Posição no fim do período		<u>1 878 348,22</u>	<u>15 295,43</u>	<u>5 814,81</u>	<u>217 997,84</u>	<u>2 000 726,93</u>	<u>12 144,69</u>	<u>4 130 327,92</u>

NO PERÍODO 2021

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período	12	1 878 348,22	15 295,43	5 814,81	217 997,84	2 000 726,93	12 144,69	4 130 327,92
<b>Alterações no período:</b>								
Ajustamentos por impostos diferidos	12	0,00	0,00	0,00	0,00	36 628,04	0,00	36 628,04
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	12	0,00	607,23	0,00	11 537,46	-94 472,70	-49 570,07	-131 898,08
		<u>0,00</u>	<u>607,23</u>	<u>0,00</u>	<u>11 537,46</u>	<u>-57 844,66</u>	<u>-49 570,07</u>	<u>-95 270,04</u>
Resultado líquido do período	12						6 722,19	6 722,19
Resultado integral							<u>-42 847,88</u>	<u>-88 547,85</u>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>								
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Posição no fim do período		<u>1 878 348,22</u>	<u>15 902,66</u>	<u>5 814,81</u>	<u>229 535,30</u>	<u>1 942 882,27</u>	<u>6 722,19</u>	<u>4 079 205,45</u>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

*[Assinatura]*  
CC Nº 821353

*[Assinatura]*

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA


### DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em euros)

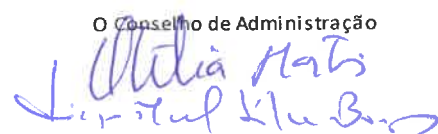
	Notas	2021	2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes	10	3 269 817,41	3 024 273,88
Pagamentos a fornecedores	13	-1 725 233,95	-1 629 605,67
Pagamentos ao pessoal	18	-1 156 475,18	-1 126 962,21
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>388 108,28</b>	<b>267 706,00</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	8	-1 053,04	6 453,74
Outros recebimentos / pagamentos	10	55 968,72	75 406,38
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]</b>		<b>443 023,96</b>	<b>349 566,12</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	-442 878,05	-625 322,28
Outros ativos		0,00	-625 322,28
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Subsídios ao investimento	12	220 033,72	814 499,02
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		220 033,72	814 499,02
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]</b>		<b>-222 844,33</b>	<b>189 176,74</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	13	460 000,00	840 000,00
Outras operações de financiamento		0,00	840 000,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	13	-690 115,98	-859 559,01
Juros e gastos similares	21	-176 593,53	-199 043,80
Outras operações de financiamento		0,00	-1 058 602,81
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]</b>		<b>-406 709,51</b>	<b>-218 602,81</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>		<b>-186 529,88</b>	<b>320 140,05</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período		409 161,12	89 021,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período		222 631,24	409 161,12

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

O Contabista Certificado

  
CC Nº 22359

O Conselho de Administração



# Anexo

*(Montantes expressos em euros)*

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em referência ao ano de 2021.

## ÍNDICE DO ANEXO:

1. Identificação da entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória
4. Principais políticas contabilísticas
5. Fluxos de caixa
6. Ativos intangíveis
7. Ativos fixos tangíveis
8. Impostos sobre o rendimento
9. Inventários
10. Ativos financeiros
11. Diferimentos
12. Instrumentos de capital próprio
13. Passivos financeiros
14. Outras dívidas a pagar
15. Estado e outros entes públicos
16. Rédito
17. Fornecimentos e serviços externos
18. Gastos com pessoal
19. Depreciações
20. Outros gastos
21. Juros e outros gastos similares
22. Partes relacionadas
23. Divulgações exigidas por diplomas legais
24. Divulgações adicionais
25. Matérias ambientais
26. Acontecimentos após a data do balanço

## 1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Praia Ambiente, E. M. (“Empresa” ou “Sociedade”) é uma empresa municipal que tem como principal objeto social a captação, tratamento e distribuição de água e ainda a limpeza pública do concelho da Praia da Vitória. Foi constituída em 9 de Outubro de 2006 e tem a sua sede social na Rua do Evangelho, n.º. 1, 9760-456 Praia da Vitória.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

## 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de dezembro;

- . Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- . Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- . Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- . Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do

recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

### **3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA**

Até 31 de dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal até àquela data, vertidos no Plano Oficial de Contabilidade, Diretrizes Contabilísticas e demais legislação complementar, os quais foram revogados pelos diplomas acima indicados.

O balanço em 31 de dezembro de 2009 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio, bem como as respetivas notas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados em conformidade com as NCRF. Os ajustamentos efetuados com efeito a 1 de janeiro de 2009, data de transição, foram efetuados de acordo com as disposições da NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

O efeito dos ajustamentos relacionados com a adoção das NCRF, reportado a 1 de janeiro de 2009, foi registado em resultados transitados, conforme estabelecido na NCRF 3.



## 4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 4.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

### 4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer. Ao custo de aquisição ou produção são deduzidas as depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Anos
Terrenos e recursos naturais	—
Edifícios e outras construções	8 - 40
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 10
Equipamento administrativo	3 - 16
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 16

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

#### 4.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registrados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

#### 4.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

#### 4.5 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

#### 4.6 Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa é o custo médio.

#### 4.7 Política contabilística para subsídios do governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam disponíveis.

#### 4.8 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato

ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### 4.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com os serviços prestados.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

#### 4.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

#### 4.11 Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim

como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

#### 4.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 detalha-se conforme se seguem:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Numerário	8 012,08	2 398,58
Depósitos bancários	<u>214 619,16</u>	<u>406 762,54</u>
	<u>222 631,24</u>	<u>409 161,12</u>

### 6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício de 2021 o saldo nos ativos fixos intangíveis é de 581,25€ relativos a um direito de superfície de um terreno que está a ser depreciado à taxa de 10% ao ano, em 2020 o saldo era de 656,25€.

### 7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:



31-12-2020

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Activos</b>								
Saldo inicial	818 316,88	9 782 680,14	2 434 516,67	180 471,93	123 272,99	57 292,86	809 297,29	14 205 848,76
Aquisições	50 000,00	150 000,00	56 094,26	31 218,21	8 755,57		670 846,50	966 914,54
Alienações								
Transferências e abates								
Revalorizações								
Outras variações								
Saldo final	<u>868 316,88</u>	<u>9 932 680,14</u>	<u>2 490 610,93</u>	<u>211 690,14</u>	<u>132 028,56</u>	<u>57 292,86</u>	<u>1 480 143,79</u>	<u>15 172 763,30</u>
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial		2 495 251,70	2 099 335,27	161 158,86	118 901,30	48 086,71		4 922 733,84
Depreciações do exercício		527 139,49	117 228,77	15 900,19	4 839,41	3 981,05		669 088,91
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências e abates								
Outras variações								
Saldo final		<u>3 022 391,19</u>	<u>2 216 564,04</u>	<u>177 059,05</u>	<u>123 740,71</u>	<u>52 067,76</u>		<u>5 591 822,75</u>
<b>Activos líquidos</b>	<u>868 316,88</u>	<u>6 910 288,95</u>	<u>2 74 046,89</u>	<u>34 631,09</u>	<u>8 287,85</u>	<u>5 225,10</u>	<u>1 480 143,79</u>	<u>9 580 940,55</u>

31-12-2021

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Activos</b>								
Saldo inicial	868 316,88	9 932 680,14	2 490 610,93	211 690,14	132 028,56	57 292,86	1 480 143,79	15 172 763,30
Aquisições		52 891,31	495 837,16		19 699,57		509 969,95	1 078 397,99
Alienações								
Transferências e abates								
Revalorizações (Nota __)								
Outras variações								
Saldo final	<u>868 316,88</u>	<u>9 985 571,45</u>	<u>2 986 448,09</u>	<u>211 690,14</u>	<u>151 728,13</u>	<u>57 292,86</u>	<u>1 990 113,74</u>	<u>16 251 161,29</u>
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial		3 022 391,19	2 216 564,04	177 059,05	123 740,71	52 067,76		5 591 822,75
Depreciações do exercício		531 562,30	177 525,31	15 900,16	8 085,20	4 976,31		738 049,28
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências e abates			-17 438,62					-17 438,62
Outras variações								
Saldo final		<u>3 553 953,49</u>	<u>2 376 650,73</u>	<u>192 959,21</u>	<u>131 825,91</u>	<u>57 044,07</u>		<u>6 312 433,41</u>
<b>Activos líquidos</b>	<u>868 316,88</u>	<u>6 431 617,96</u>	<u>609 797,36</u>	<u>18 730,93</u>	<u>19 902,22</u>	<u>248,79</u>	<u>1 990 113,74</u>	<u>9 938 127,88</u>

## 8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2020 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o gasto com imposto sobre o rendimento em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 é detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado antes de impostos	8 832,79	15 304,03
Diferenças permanentes:		
Insuficiência (excesso) estimativa imposto	-234,30	
Multas e coimas	60,84	315,69
Indeminizações	816,53	
Gastos exercícios anteriores	556,71	
Outros gastos não aceites	500,00	
Menos-valias fiscais		
Diferenças temporárias:		
Ajustamentos de transição		
Lucro tributável	<u>10 532,57</u>	<u>15 619,72</u>
Colecta sujeita à taxa de 13,60%		
Colecta sujeita à taxa de 16,80%	1 769,47	2 624,11
Pagamento Especial por Conta	0,00	0,00
Derrama	0,00	234,30
Tributações autónomas	341,13	300,93
Ajustamentos relativos imposto períodos anterior	0,00	
Imposto diferido		
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>2 110,60</u>	<u>3 159,34</u>
Taxa efectiva	24%	21%



## 9 INVENTÁRIOS

Em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contadores	14 757,24	6 723,05
Material diverso	33 025,97	26 517,73
	<u>47 783,21</u>	<u>33 240,78</u>

## Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em dezembro de 2021 e de dezembro de 2020 é detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
	MP, subsid.	MP, subsid.
	<u>consumo</u>	<u>consumo</u>
Saldo inicial	33 240,78	40 314,06
Compras	49 884,11	24 327,29
Regularizações	-10 035,70	-10 371,36
Saldo final	-47 783,21	-33 240,78
Custo das merc. Vendidas e das mat. Consumidas	<u>25 305,98</u>	<u>21 029,21</u>

## 10 ATIVOS FINANCEIROS

A rubrica **Outros investimentos financeiros** reflete o valor acumulado de 5.384,73€ aplicados no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

O FCT é um fundo de capitalização individual, que visa garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos definidos para a compensação por despedimento coletivo, e que responde até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

*CPBA*  
*[Handwritten signature]*

A rubrica **Ativos por impostos diferidos** reflete o valor acumulado de 3.401,86€ que é a quantia de imposto sobre o rendimento recuperável em períodos futuros respeitantes a reporte de perdas fiscais não utilizadas.

### Cientes e outros créditos a receber

Em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
<b>Correntes:</b>						
Clientes	<u>294 927,86</u>	<u>105 910,71</u>	<u>189 017,15</u>	<u>352 596,09</u>	<u>98 999,17</u>	<u>253 596,92</u>
Outros créditos a receber	<u>354 267,64</u>	<u>0,00</u>	<u>354 267,64</u>	<u>292 199,41</u>	<u>0,00</u>	<u>292 199,41</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos	204 862,74	0,00	204 862,74	45 286,32	0,00	45 286,32
Devedores diversos	149 404,90	0,00	149 404,90	246 913,09	0,00	246 913,09
	<u>649 195,50</u>	<u>105 910,71</u>	<u>543 284,79</u>	<u>644 795,50</u>	<u>98 999,17</u>	<u>545 796,33</u>

Dos 105.910,71€ de imparidade acumulada, constam 6.911,54€ de perdas de imparidade em dívidas a receber de clientes neste ano.

### 11 DIFERIMENTOS

O valor de 13.785,76€ no Ativo representa o montante gasto em seguros que se verificaram neste período, e que dizem respeito ao período subsequente.

### 12 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em dezembro de 2021 o capital subscrito é detido pelo seguinte *acionista*:

*Câmara Municipal da Praia da Vitória no valor de 1.878.348,22€*

No decurso do exercício de 2021, o resultado líquido do exercício de 2020 foi aplicado da seguinte forma:

<u>Aplicação de resultados</u>	
Reserva legal	607,23
Resultados transitados	<u>11 537,46</u>
	<u>12 144,69</u>

Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

O valor de 5.814,81€ em **outras reservas** representa reservas livres criadas em 2009 por decisão do Conselho de Administração para aplicação dos resultados de 2008.

O valor de 229.535,30€ em **resultados transitados** representa o acumulado dos resultados líquidos de reservas.

O valor de 1.942.882,27€ em **ajustamentos/outras variações no capital próprio** representa subsídios ao investimento participados por fundos comunitários.

## 13 PASSIVOS FINANCEIROS

### 13.1 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 são detalhados conforme se segue:

Entidade financiadora	31/12/2021			31/12/2020			Vencimento
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado		
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente	
SANTANDER	1 500 000,00	84 636,48	380 864,08	1 500 000,00	84 636,48	465 500,56	2027
NB	250 000,00	28 500,09	33 480,99	250 000,00	26 368,24	61 981,08	2024
SANTANDER	725 000,00	41 438,94	335 996,21	725 000,00	40 622,13	377 665,15	2030
CCAM	856 802,60	106 445,96	46 095,91	856 802,60	100 961,39	152 600,12	2023
BPG	1 000 000,00	86 956,56	260 869,24	1 000 000,00	86 956,56	347 825,80	2025
CEMAH	200 000,00	11 919,12	109 967,22	200 000,00	12 866,40	121 998,09	2030
NB	800 000,00	141 609,19	360 127,98	800 000,00	86 791,78	453 370,65	2023
BPG	800 000,00	97 959,24	285 713,99	800 000,00	97 959,24	383 672,23	2025
SANTANDER	150 000,00	30 275,82	25 413,23	150 000,00	30 037,66	55 688,86	2023
NB	2 100 000,00	117 380,93	1 711 843,02	2 100 000,00	113 721,52	1 830 232,38	2034
CCAM	600 000,00	60 820,03	494 648,84	600 000,00	44 531,13	555 468,87	2030
BPI	300 000,00	25 826,97	262 550,30				2031
BPI	160 000,00	12 436,38	147 563,62				2032
CCAM	ordem/cc	171 983,42		conta ordem	9 750,11		
		<u>9 441 802,60</u>	<u>1 018 189,13</u>	<u>4 455 134,63</u>	<u>8 981 802,60</u>	<u>735 202,64</u>	<u>4 806 003,79</u>

### 13.2 Fornecedores

O valor de 309.183,74€ em **fornecedores** representa contas a pagar reconhecidas ao custo, este valor teve um aumento de 59% em comparação com o valor a 31/12/2020.

## 14 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 a rubrica, “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores de investimentos/Adiantamentos	284 163,56	93 686,85
Credores por acréscimos de gastos	209 827,68	217 103,61
Credores diversos	425 945,49	444 179,87
	<u>919 936,73</u>	<u>754 970,33</u>

## 15 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	382,40			-1 872,00
Estimativa de imposto				3 159,34
Retenção na fonte				
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		7 084,48		7 541,80
Imposto sobre o valor acrescentado	46 367,27		17 277,27	
Contribuições para a Segurança Social		33 596,23		33 006,67
Outros impostos				
	<u>46 749,67</u>	<u>40 680,71</u>	<u>17 277,27</u>	<u>41 835,81</u>

## 16 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 é detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Prestação de serviços</b>	<b><u>3 363 279,75</u></b>	<b><u>3 201 178,24</u></b>
Disponibilização de água	525 739,43	505 818,36
Consumo de água	1 386 799,78	1 462 577,60
Saneamento	301 999,77	301 053,21
Recolha de resíduos sólidos	910 159,00	909 488,10
Outros serviços	197 107,47	79 308,30
Resíduos para tratamento	87 609,52	95 975,04
Descontos e abatimentos	-46 135,22	-153 042,37
<b>Subsídios à exploração</b>	<b><u>347 039,78</u></b>	<b><u>512 456,64</u></b>
Protocolo Fundo Ambiental	105 368,52	58 000,00
Protocolo Limpeza Urbana CMPV	175 000,00	175 000,00
Contrato Programa Tarifa Social CMPV	62 686,31	276 972,81
Outros	3 984,95	2 483,83
<b>Ganhos por aumento de justo valor</b>	<b><u>117,99</u></b>	<b><u>237,56</u></b>
<b>Outros rendimentos</b>	<b><u>167 861,73</u></b>	<b><u>122 348,88</u></b>
Correcções relativas a períodos anteriores	581,38	2 190,57
Imputação de subsídios para investimento	94 472,70	91 700,28
Rendas/Outros	72 807,65	28 458,03
	<b><u>3 878 299,25</u></b>	<b><u>3 836 221,32</u></b>

## 17 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 é detalhada conforme se segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Subcontratos	230 079,73	222 918,98
Trabalhos especializados	203 018,94	180 003,84
Publicidade e propaganda	5 393,72	1 677,39
Honorários	6 000,00	5 590,20
Comissões	2 060,62	1 439,47
Conservação e reparação	79 241,82	135 816,87
Serviços bancários	35 423,45	35 572,74
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	51 733,99	78 082,30
Material de escritório	12 330,85	12 976,42
Electricidade	234 645,90	236 991,09
Combustíveis	122 184,42	107 266,86
Oleos e lubrificantes	2 695,50	3 598,38
Produtos limpeza de veículos	2 420,90	2 986,55
Produtos tratamento de águas	3 987,91	3 730,90
Deslocações e estadas	971,97	1 560,44
Transportes de mercadorias	7 017,85	3 126,39
Rendas e alugueres	4 596,82	10 543,71
Comunicação	68 132,29	67 800,74
Seguros	29 815,40	22 673,15
Limpeza, higiene e conforto	1 863,58	1 521,47
Outros	5 215,38	3 872,27
	<b><u>1 108 831,04</u></b>	<b><u>1 139 750,16</u></b>



## 18 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 é detalhada conforme se segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Remunerações dos órgãos sociais	17 013,53	24 985,06
Remunerações do pessoal	1 419 609,10	1 389 509,08
Encargos sobre remunerações	291 228,06	299 283,64
Seguros acidente trabalho e doenças profissionais	15 436,28	12 213,05
Outros	45 393,11	43 114,01
	<u>1 788 680,08</u>	<u>1 769 104,84</u>

A 31 de dezembro de 2021 o número de funcionários é de 94, enquanto que a 31 de dezembro de 2020 era de 92.

## 19 DEPRECIACÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de depreciação” nos exercícios findos em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 é conforme se segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depreciações de edifícios e outras construções	531 562,30 €	527 139,49 €
Depreciações de equipamento básico	177 525,31 €	117 228,77 €
Depreciações de equipamento de transporte	15 900,16 €	15 900,19 €
Depreciações de equipamento administrativo	8 085,20 €	4 839,41 €
Depreciações de outras imobilizações corpóreas	4 976,31 €	3 981,05 €
Depreciações de ativos intangíveis	75,00 €	75,00 €
<b>Ativos fixos</b>	<u>738 124,28 €</u>	<u>669 163,91 €</u>

## 20 OUTROS GASTOS

Os **outros gastos** reconhecidos no decurso dos exercícios findos em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 são detalhados conforme se segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Impostos	20 729,42	20 740,24
Outros	4 289,75	1 422,80
	<u>25 019,17</u>	<u>22 163,04</u>

## 21 JUROS E OUTROS GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em dezembro de 2021 e em dezembro de 2020 são detalhados conforme se segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Juros suportados		
Financiamentos bancários	176 594,37	199 043,80
Outros financiamentos		
Gastos de financiamento	<u>176 594,37</u>	<u>199 043,80</u>
	<u>176 594,37</u>	<u>199 043,80</u>

## 22 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela entidade Câmara Municipal da Praia da Vitória, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nesta entidade.

Saldos e fluxos financeiros entre as partes

	31/12/2021			31/12/2020				
	Saldo em 31/12/2020	Obrigações constituídas	Pagamentos no exercício	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2019	Obrigações constituídas	Pagamentos no exercício	Saldo em 31/12/2020
Relações comerciais CMPV/Praia Ambiente	15 827,81	49 111,86	43 246,83	21 692,84	12 923,15	63 196,17	60 291,51	15 827,81
	15 827,81	64 333,01	64 939,67	15 221,15	12 923,15	63 196,17	60 291,51	15 827,81

## 23 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Em cumprimento do disposto no artigo 210.º do Código Contributivo, declara-se que a empresa não tem dívidas vencidas à Segurança Social.

Durante o exercício de 2021, não foram adquiridas ou alienadas ações próprias e, em 30 de dezembro de 2021, a empresa não detinha quaisquer ações próprias.

## 24 DIVULGAÇÕES ADICIONAIS

Os honorários totais faturados durante o período pelo SROC relativamente à revisão legal das DF foi de 5.996,06€, e não houve honorários faturados pelo SROC de contas relativamente a outros serviços.

## 25 MATÉRIAS AMBIENTAIS

Os ativos de carácter ambiental foram todos adquiridos em exercícios anteriores, estando valorizados ao seu custo histórico. Não existem passivos desta natureza, efetivos ou potenciais, nem quaisquer riscos que justifiquem a constituição de provisões específicas.




## 26 OUTRAS INFORMAÇÕES

A Empresa está a acompanhar a grave situação sanitária resultante da pandemia associada à COVID-19, tanto a nível nacional, como a nível global, tendo já recorrido à utilização das medidas que se julgaram como as mais convenientes e adequadas para a ultrapassagem dos constrangimentos já colocados à sua atividade.

Ao nível geopolítico existem diversos elementos de risco a considerar. A eventual escalada entre a China continental e Taiwan na Ásia central, bem como as tensões entre a Rússia, a Ucrânia e a NATO.

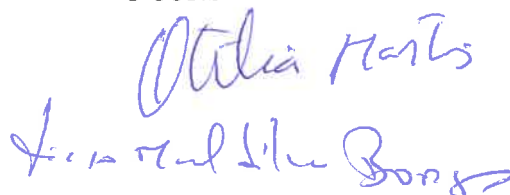
A Administração está vigilante à evolução do surto pandémico bem como à evolução da tensão entre a Rússia, Ucrânia e a NATO, e do seu impacto tanto na sua atividade, como na dos seus parceiros, estando igualmente atenta às medidas que têm vindo a ser tomadas pelo Governo, mantendo a melhor atenção a todas as implicações e disponibilizando toda a informação necessária.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



CC Nº 22359

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Praia Ambiente, E.M. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 10.822.330,39 euros e um total de capital próprio de 4.079.205,45 euros, incluindo um resultado líquido de 6.722,19 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Praia Ambiente, E.M. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

**[www.hlb.svtm.pt](http://www.hlb.svtm.pt)**

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal  
TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlab.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664  
Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 16 de março de 2022

  
SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por João Manuel Trigo de Morais, ROC N.º 881

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da  
Praia Ambiente, E.M.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Praia Ambiente, E.M. (a Entidade), relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade da Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido da Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2021, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de gestão do período findo em 2021 preparado pela Administração da Entidade e da proposta nele incluído. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas nem ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras suprarreferidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar à Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 16 de março de 2022

  
SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por João Manuel Trigo de Morais, ROC n.º 881